



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2010

Rio de Janeiro, junho de 2011

Apresentação

Este relatório apresenta as atividades desenvolvidas pela AS-PTA em 2010.

Relatórios parciais de atividades e os documentos específicos referidos neste relatório encontram-se à disposição dos interessados.

SUMÁRIO

<i>I. Contexto sociopolítico e institucional.....</i>	<i>4</i>
<i>II. Programas de Desenvolvimento Local.....</i>	<i>9</i>
<i>II.1. Programa de Desenvolvimento Local do Agreste da Paraíba.....</i>	<i>9</i>
<i>II.2. Programa de Desenvolvimento Local do Contestado (Centro-sul do Paraná e Planalto Norte de Santa Catarina).....</i>	<i>15</i>
<i>III. Programa de Agricultura Urbana no município do Rio de Janeiro.....</i>	<i>19</i>
<i>IV. Programa de Desenvolvimento Metodológico.....</i>	<i>24</i>
<i>V. Programa de Políticas Públicas.....</i>	<i>27</i>
<i>VI. Centro de Informação.....</i>	<i>33</i>
<i>VII. Aproximação aos objetivos do Plano Trienal 2008-10.....</i>	<i>36</i>
<i>Registros fotográficos.....</i>	<i>39</i>

I. Contexto sociopolítico e institucional

1. Durante o governo do presidente Lula, foi produzido um forte conjunto de políticas de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar. Dentre essas, as mais significativas e de maior poder de impacto foram aquelas relacionadas ao financiamento, à assistência técnica, à aquisição de produtos alimentares pelo governo, ao seguro agrícola e à agroindustrialização. Algumas dessas políticas favoreceram avanços em sistemas produtivos de base agroecológica, como, por exemplo, a extensão do seguro agrícola à produção com sementes crioulas. De forma global, no entanto, o enfoque agroecológico ficou à margem das políticas de desenvolvimento. Os avanços alcançados pela agroecologia no Brasil nos últimos anos se limitaram ao nível comunitário e, em que pese sua crescente capilarização, se efetivaram apesar das políticas públicas. De fato, a resultante principal de tais políticas foi o favorecimento da ampla expansão dos padrões insustentáveis da “revolução verde” para cerca de 2 milhões de agricultores familiares, que passaram a ingressar no conhecido ciclo de instabilidade econômica e socioambiental. Os segmentos majoritários de pobres rurais permaneceram atrelados aos programas de transferência de renda, cuja implementação não alcançou conectar-se com as políticas orientadas para o desenvolvimento e a restauração da Agricultura Familiar.

Os agentes públicos encarregados da implementação da prioridade do atual governo Dilma Rousseff - a superação da pobreza extrema de um contingente de cerca de 650 mil famílias do meio rural – ao reconhecerem o desconhecimento desse segmento pelos serviços do Estado, têm-se orientado para a montagem de um sistema de ação estatal centralizada para este fim. Tal sistema, paradoxalmente, aponta para a exclusão e a penalização política e financeira dos processos sociais de promoção do desenvolvimento local em curso em todas as regiões do país. Galvanizados por organizações da sociedade civil e movimentos sociais, esses processos acumularam grande e singular experiência em projetos de inclusão socioprodutiva e de organização dos setores mais empobrecidos do campo.

Embora as concepções e instrumentos de ação das novas políticas públicas para a promoção do desenvolvimento e a “inclusão produtiva” da pobreza rural não estejam ainda plenamente formulados e divulgados, os indicativos existentes revelam a incidência nos mesmos equívocos de “levar a modernidade” para os pobres.

2. Apesar do considerável e reconhecido avanço ocorrido nos últimos 8 anos de governo na estabilização da economia e nas políticas sociais, as orientações da política pública no campo das decisões macroeconômicas, nas áreas tecnológica, energética, da infraestrutura, ambiental e fundiária continuam marcadas pela manutenção da hegemonia do complexo agroindustrial e financeiro nas dinâmicas do desenvolvimento. Primeiro exportador mundial de diversas *commodities* (café, açúcar, soja, álcool, tabaco...), o Brasil sagrou-se no período 1º importador mundial de agrotóxicos, refletindo opção clara pelo aprofundamento do modelo dominante de desenvolvimento rural.

A análise das atuais orientações das políticas públicas demonstra uma tendência contrária ao esforço de fortalecimento da agricultura familiar e da segurança alimentar nos seguintes aspectos: i) Avanços das monoculturas e da agricultura de exportação em detrimento de uma agricultura diversificada destinada a produção de alimentos; ii) A desestruturação de sistemas locais de abastecimento pelo domínio de grandes empresas sobre os circuitos locais de comercialização de alimentos; iii) O crescente controle sobre os recursos

produtivos (terra, água e biodiversidade) por corporações internacionais, refletindo-se na desterritorialização de populações tradicionais e da agricultura familiar; iv) A intensificação do uso de agrotóxicos e multiplicação de casos de contaminação e problemas crônicos de saúde decorrentes do uso destes produtos.

3. Na contracorrente dessa evolução, a agricultura familiar camponesa e as populações tradicionais têm acionado estratégias adaptativas e de resistência aos processos de expropriação, mantendo-se como o setor econômico de peso na produção de alimentos e também de *commodities*. Simultaneamente, no plano político, empenham-se no sentido de afirmar suas identidades e de lutar pela apropriação de seus territórios. Uma das manifestações mais vigorosas dessas estratégias é a permanência e a persistência de experiências autônomas espontâneas nas comunidades rurais, tanto na dimensão técnica, como econômica e sócio-organizativa.

4. A conjuntura em foco foi também marcada pela crescente fragmentação política das organizações da sociedade civil. Ao mesmo tempo em que se reduziu sua capacidade de influência nos espaços de governança, elas se viram progressivamente marginalizadas no acesso aos recursos públicos para o desenvolvimento. Pesaram nessa evolução, de um lado, a dificuldade de as organizações da sociedade se ressituaem frente ao novo contexto e às orientações ambivalentes das políticas sociais do governo Lula; de outro lado, houve perda de interlocução, com a marginalização política e o crescente esvaziamento da capacidade decisória dos “nichos” governamentais mais sensíveis às alternativas de desenvolvimento rural e politicamente mais próximos dos movimentos e organizações da sociedade

5. Refletindo diretamente os impactos adversos da atual conjuntura sobre as ONGs e os movimentos sociais, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) se viu confrontada ao desafio de reverter o afrouxamento dos nós que alimentam o dinamismo e a capacidade de expressão pública da rede. A ASPTA mantém-se empenhada em apoiar os núcleos dinamizadores da ANA (Núcleo executivo e grupos de trabalho temáticos) para analisar o contexto e definir mecanismos de reativação das conexões interregionais da articulação, exercitando novas formas de busca de coesão e implantando um sistema de informação capaz de alimentar o debate e de estimular a emergência de novas expressões de identidade política. Derivou do debate estabelecido, o reconhecimento da necessidade de intensificar o diálogo e a busca de convergências nos planos das concepções e da ação com outras redes sociais de amplitude nacional atuantes nos mesmos territórios e igualmente envolvidas na temática da defesa e fortalecimento da agricultura familiar através da alternativa agroecológica. Esse movimento de aproximação e de busca de “unidade na diversidade” terá uma oportunidade de reflexão, debate e abertura de perspectivas de ação futura por ocasião do Encontro de Diálogo e Convergências programado para setembro de 2011.

6. Em que pese um contexto institucional marcado pela incerteza no plano financeiro, os programas da ASPTA mantiveram-se ativamente orientados para a intensificação dos processos de transição agroecológica e para a construção e defesa de um projeto de desenvolvimento sustentável para o País.

No Programa de Desenvolvimento Local do Agreste da Paraíba, as seis redes temáticas de experimentação/inação que dão suporte político-organizativo ao Programa de Formação coordenado pela ASPTA e o Polo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema foram determinantes para o alcance dos resultados do ano. O programa

regional de formação promoveu inovações positivas para a descentralização do trabalho, fortalecendo as capacidades de planejamento e intervenção na esfera municipal. A partir da realização de 11 Jornadas Municipais de Planejamento, as direções sindicais aprimoraram a leitura sobre a problemática da agricultura em seus municípios. Avaliaram os avanços e desafios das ações promovidas em 2009 e montaram planos de ação municipais ajustados aos contextos específicos, conferindo melhores e maiores capacidades de intervenção sobre a realidade. Essa ação fortaleceu a capacidade dos sindicatos nos diferentes municípios para conduzir autonomamente seus programas, uma vez que a dinâmica regional centrada na coordenação do Pólo não tem garantido por si só sua irradiação.

As redes locais de inovação mantiveram-se ativas, ao mesmo tempo em que o Polo e a ASPTA alcançaram mobilizar os recursos necessários para subsidiar materialmente a ampliação da escala dos processos de transição agroecológica, o que constituiu uma das dimensões decisivas para o alcance dos resultados do período, tais como: a ampliação dos fundos rotativos de tela para cercamento, construção de fogões ecoeficientes, compra de animais e implantação de campos de palma consorciada; a intensificação das estratégias de diversificação de infraestruturas hídricas para consumo humano e para a produção de alimentos; a estruturação da rede regional de viveiros, com produção de mudas de espécies arbóreas de uso múltiplo visando à rearborização das propriedades. Em que pese o ano seco, a rede de máquinas motoensiladeiras itinerantes - mobilizadas com recursos da Política de Desenvolvimento Territorial do MDA – deram suporte importante para a manutenção das estratégias de armazenamento de forragem.

O Programa de Desenvolvimento Local do Contestado (Centro-sul do Paraná e Planalto norte de Santa Catarina) evoluiu positivamente em sua trajetória de concentração territorial de atividades, estimulando simultaneamente no nível do conjunto da região ações em rede voltadas para a inovação agroecológica, sobretudo através de intercâmbios « agricultor a agricultor ». Visando a superar a fragmentação do movimento social na região, o Programa continuou atuando sistematicamente no apoio à progressiva construção de espaços de agregação política de uma grande diversidade de organizações da Agricultura Familiar: sindicatos de trabalhadores rurais, associações de agricultores, cooperativas, grupos informais de mulheres e jovens, principalmente. A formação do Coletivo Triunfo cumpriu no período um significativo passo nesse sentido. Ao mesmo tempo, permitiu a abertura de um espaço de interação e concertação entre a ASPTA e as principais expressões orgânicas da promoção da agroecologia na região.

No campo dos processos de inovação agroecológica, o Programa manteve seu eixo principal no estímulo à conservação e uso dos recursos da agrobiodiversidade de forma articulada ao manejo ecológico dos solos. Por essa via, foi ampliada a escala de abrangência das dinâmicas sociais de inovação agroecológica na região e alcançados resultados técnico-econômicos expressivos e reconhecidos. As estratégias de defesa e preservação do rico patrimônio genético mantido pela Agricultura Familiar no Contestado implementadas pela ASPTA e seus parceiros locais assumiram forte amplitude social e se traduziram em referência técnica e metodológica, expressa em parcerias diversas com o setor da pesquisa acadêmica e através de intercâmbios de experiência.

Tendo suas possibilidades de intervenção reduzidas por carência de financiamento, o Programa de Agricultura Urbana no município do Rio de Janeiro conferiu prioridade ao estímulo às interações horizontais em rede dos grupos comunitários envolvidos com o cultivo em quintais domésticos e espaços coletivos no âmbito da região metropolitana do

Rio de Janeiro e do estado. Nesse movimento, passou a incorporar em sua problemática e em suas parcerias a realidade da agricultura familiar remanescente nos espaços periurbanos. O Programa deu continuidade à parceria estabelecida desde sua origem com a Pastoral da Criança, tendo contribuído no período com subsídios técnicos e metodológicos à ampliação no nível nacional da experiência piloto de hortas caseiras implementada em conjunto no município do Rio de Janeiro.

A incidência sobre as políticas públicas voltada para a promoção do enfoque agroecológico de desenvolvimento rural – através do Programa de Políticas Públicas (PPP) – e a produção de conhecimentos para a gestão dos processos de transição agroecológica – através do Programa de Desenvolvimento Metodológico (PDM) – mantiveram-se como componentes centrais da expressão pública da ASPTA em suas relações com o Estado, o « Campo agroecológico » e o conjunto da sociedade. Em sinergia com a Articulação Nacional de Agroecologia, o PPP se fez presente propositivamente em três grandes debates da agenda pública da Agricultura Familiar e da agroecologia: a regulamentação e a orientação dos editais da Lei de ATER, as políticas governamentais de crédito e o financiamento público da transição agroecológica e a política de incentivo à produção de biocombustíveis pela Agricultura Familiar. O PPP foi também o veículo da experiência da ASPTA em um programa de cooperação sul-sul com organizações civis da Índia e da África do Sul e, internamente, com ONGs e movimentos sociais da Amazônia ocidental em torno a estratégias de promoção da agroecologia no nível regional. Vinculada também ao âmbito de ação do PPP, a Campanha por um Brasil Ecológico Livre de Transgênicos e Agrotóxicos aprofundou suas relações de apoio mútuo com movimentos locais de resistência e produção de alternativas à contaminação das sementes crioulas por cultivos transgênicos. Simultaneamente, num contexto de franca liberação dos OGMs pela CTNBio, a Campanha deu continuidade à estratégia exitosa de impedir as liberações através de ações judiciais.

O PDM deu continuidade à formulação e à utilização de instrumentos metodológicos de monitoramento da transição agroecológica. Foi desenvolvido um sistema de gestão de informações georeferenciadas voltado para o desenho de cartografias da inovação, já em operação no Programa local da Paraíba. O Programa produziu também a sistematização de metodologia de modelização de agroecossistemas, anteriormente desenvolvida e testada pela ASPTA em diversos estudos de caso realizados na Paraíba e na região do Contestado. A metodologia foi aprimorada no período com a formulação de uma planilha eletrônica para registro e tratamento de dados microeconômicos e territoriais sobre a transição agroecológica. Numa outra vertente de atividades, no âmbito do Programa P 1+2, o PDM contribuiu para a capacitação de pessoal técnico na abordagem metodológica desenvolvida pela ASPTA para a sistematização de experiências de inovação agroecológica.

Através de seu Centro de Informação, a ASPTA editou 4 números temáticos da revista *Agriculturas: experiências em agroecologia*, tendo ocorrido no período um crescimento de 31% na base de registro de subscritores, que atingiu 6500 registros no final de 2010.

7. Do ponto de vista financeiro, a ASPTA confronta-se com uma conjuntura de agravamento do contexto de crise, que projeta incertezas sobre a estabilidade e a preservação da coesão da entidade a partir do próximo ano. Como é sabido, tal situação decorre notadamente da ação combinada de três fatores:

- em primeiro lugar, a retirada do Brasil ou a reorientação das prioridades de financiamento de importantes parceiros da cooperação internacional, notadamente financiadores institucionais da ASPTA. Além da retirada de Novib (2.010), outros apoios atualmente essenciais faltarão a partir de 2012: ICCO (já com uma redução de 60% do aporte em 2011), Fundação Ford, Fundação Ileia e Petrobrás-Paraíba, o que representa uma perda de recursos da ordem de 500 mil euros/ano;
- em segundo lugar, os recursos governamentais para assistência técnica (Lei de ATER), já aprovados para a ASPTA, encontram-se bloqueados em função do contingenciamento de despesas governamentais, sem prazo para liberação. Além disso, os recursos para ações de ATER permanecem regidos por normativas inadequadas para entidades civis, resultando em dificuldades de implementação, incapacidade de monitoramento pelos organismos públicos, atrasos no pagamento das parcelas e interrupção dos contratos pelas entidades por falta de meios de pagamento, inclusive de pessoal;
- não menos importante, as perdas cambiais decorrentes da crescente valorização do R\$ frente às moedas estrangeiras tem constituído um dramático corrosivo das receitas da ASPTA. Desde 2.010 as perdas a esse título montaram a 13 % das receitas previstas.

A trajetória da ASPTA nesses últimos anos tem permitido constatar que as restrições financeiras não incidem apenas sobre a capacidade de pagamento da entidade. Em que pese o esforço redobrado das equipes, essas restrições têm reduzido sensivelmente a capacidade de a entidade se fazer presente de forma permanente nas dinâmicas sociais e de refletir sobre elas, de gerir programas, sistematizar experiências e de produzir subsídios a partir delas. Ou seja: a ASPTA já se ressent de perdas em suas condições para otimizar a capacidade institucional instalada, na medida em que boa parte de sua energia e de seu tempo passa a ser orientada pela necessidade de respostas imediatas aos efeitos materiais da crise financeira.

Sobretudo no período dos dois últimos anos, a ASPTA tem dedicado um considerável esforço para, simultaneamente, garantir-se no curto prazo e refletir sobre as raízes da crise, visando a definir alternativas futuras e condições presentes para a permanência da entidade como uma entidade coesa, ativa e viável no adverso panorama atual. A coesão institucional aparece, nesse plano, como uma dimensão essencial da equação. Trata-se de preservar a integridade nacional da ASPTA e do que tem sido ao longo dos anos o motor de sua reconhecida capacidade de promover a agroecologia e o desenvolvimento sustentado da Agricultura Familiar: a articulação entre uma ação local produtora de referências sólidas e uma eficiente ação agregadora e fortalecedora do campo agroecológico em escala nacional, com presença ativa e competente no debate público sobre alternativas ao desenvolvimento.

Nessas circunstâncias, é propósito da ASPTA iniciar o ano de 2012 com a entidade reconfigurada em sua base física, na estrutura programática e de gestão operacional como condição para que a entidade retome uma trajetória de estabilidade e de eficiência ascendente em sua gestão. Por força da natureza atual da maioria dos financiamentos, tanto da cooperação pública como privada, a ASPTA ingressará inelutavelmente numa lógica de organização funcional « por projeto », o que representa um ponto crítico de porte a enfrentar. Por implicar alto risco de fragmentação, esse sistema demandará uma redobrada capacidade de gestão institucional para manter a coesão e se antecipar permanentemente à

ocorrência de estrangulamentos orçamentários, descontinuidades e perda do capital humano e disfuncionalidades programáticas.

II. Programas de Desenvolvimento Local

II.1. Programa de Desenvolvimento Local do Agreste da Paraíba

O ciclo chuvoso de 2010 foi marcado pela ocorrência na região da Borborema de uma seca pronunciada, com uma precipitação anual 50% abaixo da média pluviométrica. A produção de milho e feijão foi muito reduzida, comprometendo o abastecimento das famílias até o próximo inverno e, sobretudo, a manutenção dos estoques de sementes nos bancos comunitários, fundamentais para garantir o plantio ano seguinte. A produção de forragem para os animais também foi bastante comprometida, principalmente nas regiões mais secas, onde não é possível a instalação de capineiras, limitando dessa forma as condições para a estocagem de forragem para o período seco. Quanto aos estoques de água, as cisternas que abastecem as famílias com a água de beber foram recarregadas, mas os barreiros e outros reservatórios não acumularam água suficiente para garantir o abastecimento para os animais e outros gastos da casa.

O ano seco e de chuva irregular colocou à prova as unidades de produção familiar integradas em processos de transição agroecológica. Em que pese os impactos negativos ocasionados pela longa estiagem, as estratégias técnicas de diversificação produtiva e constituição de estoques foram determinantes em conferir maior estabilidade, resistência e resiliência nos agroecossistemas familiares da região. O alcance social e geográfico dos processos de transição tem contribuído para que estes efeitos sejam também percebidos no âmbito das comunidades e do território.

Água

Em 2010, o programa de recursos hídricos foi marcado por intenso processo de formação mobilizado pela problemática do acesso a água na região e associado à construção de um conjunto diversificado de infraestruturas hídricas dirigidos para regularizar a oferta hídrica nas unidades de produção e nas comunidades do Território da Borborema.

Em que pese baixa e irregular precipitação do ano, as garantias de acesso a água para consumo humano foram provisionadas por uma malha hídrica descentralizada constituída por 5.930 cisternas construídas ao longo dos últimos 15 anos. Em 2010 foram construídas 707 destas. Além do estoque de 94,8 milhões de litros captados das chuvas, esta rede de abastecimento ainda deu suporte à oferta emergencial de água provisionada pela defesa civil por meio de carros pipa.

Impactos relevantes também puderam ser observados nas ações de acesso a água para a produção de alimentos com forte repercussão na segurança alimentar das famílias. No ano de 2010, foram construídas 126 cisternas calçadão, 10 barragens subterrâneas e 5 tanques de pedra garantindo a estabilidade produtiva dos quintais. O estoque de água viabilizou a produção regular de hortaliças, frutas, plantas medicinais e a dessedentação de pequenos

animais contrastando com o contexto de forte frustração de safras nos roçados decorrentes da seca.

Frente ao esgotamento da oferta de água para os rebanhos, que marcou o segundo semestre do ano de 2010, 8 bombas populares garantiram acesso emergencial a água para a dessedentação dos ruminantes nas comunidades e no entorno onde foram instaladas.

O programa de formação que deu suporte à implementação das inovações foi incrementado, integrando novos conteúdos e métodos. Tomando como referência a gestão da água nas unidades de produção e nas micro-bacias comunitárias foram desencadeadas as seguintes atividades de formação: 28 cursos, envolvendo 707 famílias sobre práticas de gestão e controle da qualidade da água para consumo humano; realização de um diagnóstico comunitário visando compreender a problemática do esgotamento sanitário no meio rural com implementação experimental de fossas sépticas adaptadas ao semi-árido; realização de 10 cursos para 260 famílias beneficiárias sobre o uso da água para a produção de alimentos na unidade de produção familiar e estratégias comunitárias de gestão coletiva dos recursos hídricos; e a realização de 8 cursos com 270 agricultoras sobre o manejo de água para intensificação da produção no arredor de casa. Ainda foram promovidas 11 visitas de intercâmbio com participação de 250 agricultores/as.

Sementes

A rede de Banco de Sementes da Borborema foi mobilizada para responder aos desafios decorrentes das adversidades do período chuvoso. A precipitação baixa e irregular fez com que centenas de famílias tivessem que plantar sucessivamente até três vezes. Neste contexto, a provisão de sementes disponibilizadas pelos estoques familiares foi suplementada pelas reservas armazenadas nos silos dos Bancos de Sementes Comunitários, permitindo o replantio dos roçados e aumentando as chances de sucesso produtivo das famílias agricultoras. Se, de um lado, os estoques comunitários de sementes contribuíram para atenuar os problemas derivados da irregularidade das chuvas, de outro, as baixas precipitações não deixaram de comprometer a produção de grãos e a recomposição dos estoques dos Bancos Comunitários.

No final do ano, a Rede de Bancos de Sementes conseguiu reconstituir o estoque com 3524 kg de 09 espécies e 35 variedades, representando 68% do estoque acumulado ao final de 2009 de 5.183kg. Em resposta à queda progressiva das reservas foi desencadeado processo de mobilização composto: por uma campanha de restituição de sementes aos bancos comunitários; pela promoção de reuniões comunitárias para refletir sobre a gestão das reservas de semente; e foi lançada como estratégia complementar a mobilização de um projeto junto à Conab para compra de 15.280kg sementes de fava, feijão e milho dirigidas para a recomposição das reservas de sementes da rede para no ciclo chuvoso de 2011.

Os esforços para comprovação do valor do patrimônio genético local visando influir na reformulação das políticas de sementes também se constituiu numa ação que merece destaque. Entre 2007 e 2009, o Programa de Sementes do Ministério do Desenvolvimento Agrário atuou com a distribuição massiva de uma única variedade de milho melhorada pela Embrapa, desvalorizando as variedades locais e contribuindo para a erosão genética das mesmas. No entanto, desde 2009, o Polo e AS-PTA, articulados com a Rede de Sementes da ASA Paraíba, elaboraram um projeto em parceria com a Embrapa Tabuleiros

Costeiros e UFPB campus Bananeiras para a implementação de ensaios comparativos de variedades locais e melhoradas de milho no sentido de produzir resultados reconhecidos cientificamente que possam balizar o debate sobre a atual política de distribuição de sementes.

Em 2010, foram implementados dois ensaios comparativos, envolvendo 13 variedades, além de dois campos de multiplicação de sementes, visando ampliar a oferta das variedades locais de maior desempenho para a safra 2011. Um ensaio com variedades de batatinha também foi implementado visando estudar a adaptação ecológica e potencial produtivo de 6 variedades melhoradas de batata inglesa. Essas atividades foram marcadas pelo estreitamento das relações com a pesquisa e de um rico processo de formação envolvendo mais de 50 agricultores e agricultoras em todo o processo de experimentação (plantio, avaliação do desenvolvimento vegetativo, análise sensorial do milho para canjica, colheita e avaliação final).

Nos resultados obtidos nos ensaios de 2009 e 2010, o desempenho das variedades locais, quando comparados com as variedades melhoradas, lançam evidências sobre o elevado valor agrônomico das variedades locais. No início de 2010, por ocasião da V Festa da Semente da Paixão, os resultados foram apresentados em plenária com a participação da Delegacia Estadual do MDA, abrindo diálogo sobre a necessidade de revisão da política de sementes.

Merece destaque também a realização da V Festa Estadual da Semente da Paixão com o tema *Guardiões da semente da paixão: em defesa da agricultura familiar camponesa*, realizada nos dias 18 e 19 de março de 2010 na cidade de Campina Grande. O evento foi organizado pelas entidades que compõem a Articulação do Semiárido Paraibano (ASA-PB), e reuniu mais de 2 mil agricultores e agricultoras de todas as microrregiões da Paraíba: Alto e Médio Sertão, Curimataú, Cariris, Agreste, Brejo e Litoral. A campanha Por uma Paraíba Livre de Transgênicos e Agrotóxicos e em Defesa das Sementes da Paixão promovida pela passeata teve forte repercussão na mídia e junto à população de Campina Grande. Os resultados do evento produziram subsídios importantes para as ações da Rede Sementes da ASA Paraíba e em particular para a Comissão de sementes do Polo para o ano de 2010.

Criação animal

Os sistemas de criação da região da Borborema viveram em 2010 uma forte crise alimentar. A baixa incidência e distribuição irregular das chuvas provocaram queda acentuada da produção de biomassa forrageira, comprometendo as estratégias de estocagem de forragem para alimentar os animais no período de estiagem. No início do segundo semestre, fase de encerramento do ciclo chuvoso, a comissão de criação animal do Polo se lançou num processo de reflexão junto às famílias agricultoras, buscando antecipar o debate sobre o esgotamento iminente das reservas forrageiras da região. Estocar a pouca biomassa forrageira produzida, analisar o potencial forrageiro das reservas estratégicas já constituídas (campos de palma e bosques forrageiros) e definir estratégias para redimensionar os rebanhos constituíram as principais orientações técnicas para enfrentamento da conjuntura.

Frente às limitações impostas pela estiagem, 13 máquinas motoensiladeiras itinerantes distribuídas nos municípios do Polo concorreram para o armazenamento de 620 toneladas

de forragem, beneficiando 105 famílias em 41 comunidades de 6 municípios, atenuando a crise alimentar que abateu sobre os rebanhos da região. Esses resultados representam uma queda de 35% no número de famílias tendo estocado forragem e de 68% do volume armazenado, se comparado com o ano de 2009. A baixa capacidade de oferecer forragem para os rebanhos colocou os subsistemas pecuários em crise. Nas regiões mais secas como o Curimataú, muitas famílias tiveram que se desfazer de alguns animais para se capitalizarem e comprarem insumos para alimentar os que restaram ou até mesmo venderam todo o rebanho. Algumas famílias perderam animais, por morte, em consequência da desnutrição. Visando ampliar os estoques emergenciais de forragem, foram constituídos 50 campos consorciados de palma-aves-espécies arbóreas.

O manejo sanitário dos animais também se manteve como objeto de atenção. O aumento do rebanho de bovinos, caprinos e principalmente ovinos observado nos últimos anos no território vem contribuindo para o aumento da incidência de doenças infecciosas e/ou parasitárias, comprometendo a produção de carne e leite e levando ao óbito de muitos animais. No ano, foram realizadas 4 oficinas de formação para agricultores e agricultoras sobre a ecopatologia das doenças e o ciclo biológico dos agentes causadores, subsidiando a adoção de práticas preventivas e terapêuticas adaptadas às condições de cada sistema.

Manejo ecológico de cultivos anuais e agrofloresta

As ações dirigidas à recomposição do estrato arbóreo como estratégia técnica para regeneração produtiva das unidades de produção ganharam forte impulso em 2010.

Foram realizadas 4 reuniões comunitárias de sensibilização com a participação de 120 famílias. 200 agricultores e agricultoras participaram de 12 visitas de intercâmbio em experiências agroflorestais e de sistemas agrosilvipastoris. Foram realizados 6 cursos para viveristas sobre produção de mudas e práticas de enxertias.

Para dar suporte a esta ação, três viveiros novos foram construídos e 4 tiveram suas infraestruturas melhoradas, tendo sido produzidas e distribuídas 34.456 mudas de mais de 30 espécies de plantas nativas e exóticas de múltiplo uso.

O ano de 2010 também foi marcado pelos impactos gerados com a chegada de uma nova praga nos citros (mosca negra) comprometendo o equilíbrio da população de insetos nas áreas produtoras de frutas do Território. Decorreu deste episódio um forte confronto entre estratégias técnicas e metodológicas de enfrentamento do problema. As ações desencadeadas pelas políticas governamentais mobilizadas pela vigilância fitossanitária dos governos federal e estadual ancoravam-se no uso massivo de agrotóxicos com a distribuição de mais de 2 mil litros do inseticida *Provado*.

O Polo, a EcoBorborema, a Rede de agricultores/as experimentadores e AS-PTA mobilizaram contudo, professores e pesquisadores das Universidades Federais, o Ministério Público e a FETAG denunciando os métodos preconizados pela ação do governo, suas potenciais consequências para a saúde das famílias agricultoras, do meio ambiente e dos consumidores e apresentou estratégias técnicas fundamentadas no manejo ecológico de pragas e doenças. Dentro dessas estratégias, os agricultores experimentadores ampliaram a escala de produção de caldas bioprotetoras, mobilizando 33 biofábricas familiares, comunitárias e municipais, das quais 14 implantadas em 2010, para produção e distribuição de 6.352 litros de biofertilizantes, extratos e caldas de neen,

castanha de caju, entre outras, para 417 famílias de 17 comunidades em 8 municípios do Polo da Borborema.

Como resultado assistiu-se, ao final do ano, ao recuo das ações do governo, constringido pela ineficácia de sua ação e em reação às denúncias sobre seus riscos junto ao ministério do trabalho e junto à sociedade a partir das meterias veiculadas na mídia local.

Saúde e alimentação

O período foi marcado pela forte mobilização das dinâmicas de inovação nos subsistemas que compõem os arredores de casa. A ampliação e o fortalecimento da Comissão de Saúde e Alimentação foram determinantes para o alcance desses resultados.

A organização do trabalho da Comissão se deu em estreita sintonia com o processo de formação desencadeado em preparação à comemoração do Dia Internacional da Mulher, momento em que se confirmou a experimentação como um caminho para o empoderamento das mulheres e a reconstrução de novas práticas sociais.

Como resultado, perto de 700 quintais estão intensificando os subsistemas do arredor de casa. Foram integrados 181 novos quintais, com o cercamento das áreas viabilizado pelos fundos rotativos de tela; 73 novas famílias foram beneficiadas pelos fundos rotativos de cabras e ovelhas; foram implementados 40 campos peridomésticos de consórcio aves-palma-espécies arbóreas, estimulou-se a diversificação produtiva dos quintais pela produção de hortaliças e medicinais nos canteiros econômicos e a diversificação do pomar subsidiada pela rede de viveiros. Concorreram para tanto a manutenção da escala de implementação das cisternas de placas para consumo humano (PIMC) e a expansão e diversificação das infraestruturas hídricas para a produção de alimentos proporcionada pelo P1+2. Em 2010 foram repassados 193 kits de irrigação de gotejamento para produção no arredor de casa.

Nesse ano, as mulheres também conheceram e passaram a experimentar os ecofogões, que garantem eficiência no cozimento com baixo consumo de lenha. 50 fogões foram instalados com base na formação de fundos rotativos em 7 municípios.

A Comissão de Saúde e Alimentação manteve a regularidade no processo de produção e distribuição de multimistura. Em 2010, a farinha enriquecida foi distribuída para 463 crianças, 218 adultos, 58 idosos e 10 gestantes.

Acesso aos mercados

Uma rede de 8 feiras agroecológicas envolveu 149 agricultores(as) feirantes e fornecedores, escoando 512 toneladas de alimentos diversificados e obtendo receita de 482 mil reais. O acesso aos mercados por meio das compras governamentais foi ampliado e foram assinados 13 contratos com o PAA/Conab envolvendo 255 famílias que obtiveram uma receita de 924 mil reais. Um volume de 612 toneladas de alimentos foi escoado garantindo acesso a alimentos de qualidade provenientes da agricultura familiar para mais de 150 mil pessoas por meio de 105 instituições de educação e assistência social. A implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) vem mobilizando as prefeituras para aquisição de alimentos da agricultura familiar, ampliando as oportunidades de acesso ao mercado institucional na região. Por fim, o acesso aos

mercados estruturados em cadeia da Rede de Algodão Agroecológico mobilizou 47 famílias agricultoras escoando 9,45 toneladas de algodão agroecológico comercializado nos mercados orgânicos.

No ano, cabe destaque particular para o fortalecimento das bases institucionais necessárias para dar suporte e coordenar a evolução dos diferentes circuitos mercantis em construção, dentre as quais podemos destacar: a participação da direção do Polo seja promovendo reflexões na comissão temática de acesso aos mercados, seja participando dos diferentes espaços de gestão dos mercados; o fortalecimento institucional da Ecoborborema, na gestão coletiva dos núcleos municipais e de sua coordenação executiva, ajustando seu funcionamento frente às exigências da nova lei de orgânicos; a constituição da Rede de acesso aos mercados do Território, articulando diferentes agentes atuantes nos circuitos para construção de estratégias comuns.

Gênero

Assistimos em 2010 a uma expansão significativa da participação das mulheres agricultoras nos processos de inovação na região. A progressão da participação associou-se ao aprofundamento dos processos de formação dirigidos para a desnaturalização das desigualdades entre gêneros e de valorização das estratégias de fortalecimento da inserção técnica, social, econômica e política das mulheres nas dinâmicas de promoção da agricultura familiar do Território da Borborema.

Como parte do processo de formação, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, foram realizados 5 encontros municipais com a participação de 150 mulheres e um Seminário regional mobilizando 60 mulheres agricultoras. Esses encontros culminaram com a realização, em Remígio, da *Marcha pela Vida das Mulheres e da Agroecologia* com participação de 900 agricultoras, agricultores, lideranças, técnicos, professores do Território da Borborema. Esse processo contou com a participação ativa das direções sindicais que ampliaram seu grau de apropriação da problemática de gênero.

Infância e juventude

O programa de educação ambiental e agroecologia, por meio da Campanha de Fortalecimento da Vida na Agricultura Familiar, foi aprimorado, passando a contemplar, nas atividades de formação dos mutirões, espaços educativos distintos para crianças e jovens, ajustando melhor os conteúdos e métodos pedagógicos às especificidades de cada grupo social.

O programa abordou, em dois ciclos de mutirões, as temáticas da valorização do papel das árvores na agricultura e na comunidade e a gestão das águas no arredor de casa e na comunidade, respectivamente. Foram realizados 90 mutirões, envolvendo 3153 crianças e 598 adultos. Vale destacar, no processo, o fortalecimento das interações da Campanha com a comunidade escolar. Envolveram-se nos mutirões 21 escolas e 45 professores. As maquetes e os mapas construídos nos mutirões serviram de material didático-pedagógico para outras reflexões em sala de aula. Os materiais produzidos foram expostos em mostras pedagógicas realizadas pelas secretarias de educação dos municípios de Remígio e Queimadas.

O ano de 2010 também foi especialmente importante no lançamento de uma dinâmica de formação e articulação de jovens rurais na região, com a realização do *I Encontro da Juventude Camponesa do Polo da Borborema* com participação de mais de 100 jovens. O envolvimento progressivo de jovens nos processos de formação e experimentação promovidos pelo Polo, nos últimos anos, se contrastava com a ausência de um espaço articulador da juventude capaz de trazer para o debate a reflexão sobre suas especificidades e formas de inserção na agricultura familiar, e de favorecer a articulação da juventude como sujeito coletivo. O encontro abriu caminho para a constituição de uma comissão regional de jovens que assumiu a condução de um novo espaço de formação e experimentação dirigido ao fortalecimento da juventude rural e de suas estratégias de inserção social.

II.2. Programa de Desenvolvimento Local do Contestado (Centro-sul do Paraná e Planalto Norte de Santa Catarina)

No ano de 2010, limitações de ordem financeira culminaram com a redução da equipe técnica já no primeiro semestre, o que exigiu um reposicionamento do trabalho na região, reforçando a estratégia de ação centrada em áreas de concentração. As principais linhas de ação foram: (i) agrobiodiversidade, manejo ecológico de solos e florestas, (ii) fortalecimento das organizações de base da agricultura familiar regional e (iii) geração de renda e acesso a mercados.

Com o maior direcionamento das ações do Programa local para as quatro áreas de concentração (Irineópolis, Rio Azul, São João do Triunfo e Palmeira), pudemos acompanhar mais a evolução do trabalho dos grupos buscando valorizar as experiências de transição dos sistemas de produção para fortalecê-los como atores na promoção da agroecologia em toda a região, vinculando-as ao debate organizado em torno das alternativas de desenvolvimento.

Tendo como referência a realização de reuniões mensais em sistema de rodízio, vinculando o intercâmbio das experiências em cada local à pauta de discussões regionais, desde o início de 2010, um grupo de agricultores e agricultoras, jovens e adultos, representantes de grupos informais, associações, cooperativas e sindicatos, passou a protagonizar um processo de reorganização das ações em toda a região, dando origem ao Coletivo Triunfo. Temas como o uso e conservação das sementes crioulas, o monitoramento da contaminação por transgênicos e agrotóxicos, o PAA e PNAE como alternativas institucionais de acesso a mercados e a promoção da diversificação e segurança alimentar, dentre outros, ocuparam a pauta das reuniões com encaminhamentos nos âmbitos comunitário e regional. Como uma mostra do gradativo crescimento do Coletivo Triunfo, foi formada uma comissão regional com 16 pessoas agricultores(as), professores(as) de 7 municípios da região, para apoiar a organização e planejamento do Seminário regional de agrobiodiversidade e a realização das feiras municipais e regional de sementes crioulas que acontecerão no ano de 2011.

Como etapas de consolidação de um processo de amadurecimento de uma referência orgânica de nível regional, várias iniciativas passaram a ganhar maior densidade política e visibilidade social no cenário da região e do estado.

O início de 2010 foi marcado por discussões voltadas para a consolidação da participação dos grupos locais e organizações de base da Agricultura Familiar da região nos territórios Planalto Norte Catarinense (este reconhecido como Território da Cidadania e envolvendo 14 municípios) e Vale do Iguaçu (em processo de reconhecimento como Território da Cidadania e envolvendo 10 municípios do PR). Embora o enfoque já existisse na região, a motivação maior veio após a realização da visita de intercâmbio ao Território Planalto Serrano, com a participação direta das organizações familiares de toda a região. A organização das ações naquele território, exercitada com base no planejamento, produção e comercialização de alimentos ecológicos pelo PAA e PNAE através da cooperativa Ecoserra, motivou os grupos do Contestado a buscar também um maior direcionamento dos recursos federais destinados aos territórios.

No caso do território Vale do Iguaçu a negociação de recursos para agroindustrialização caseira de alimentos foi o tema de maior destaque, com a mobilização de um número expressivo de mulheres agricultoras. Foi realizado um seminário regional sobre a merenda escolar e PAA (setembro de 2010) para sensibilizar a coordenação do Território para a necessidade de buscarmos recursos para criar estruturas descentralizadas de beneficiamento comunitário de alimentos (cozinhas comunitárias), além de abrir espaço para negociação e aprimoramento dos editais para compra de alimentos para a merenda escolar. Na sequência, foram encaminhados projetos para comercialização de produtos por organizações dos municípios de União da Vitória e São Mateus.

O monitoramento da contaminação dos milhos crioulos por transgênicos, ação realizada com recursos próprios desde 2008, passou a ser referência no PR e, em articulação com a Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos e de Agrotóxicos, serviu de base para as ações de monitoramento estabelecidas por ocasião da criação do Grupo “O Milho é Nosso”, em 2009, com envolvimento direto da Secretaria de Agricultura do Paraná e várias ONGs. Testes de contaminação foram feitos em todas as feiras de sementes crioulas e da agrobiodiversidade realizadas em 2010, garantindo a qualidade das sementes produzidas e disponibilizadas pelas famílias agricultoras. O tema dos transgênicos foi trabalhado também nas Casas Familiares Rurais, bem como nas escolas técnicas de Bela Vista do Toldo, Túlio de França, em União da Vitória, e Colégio Agrícola de Palmeira.

Embora seja uma questão crucial em toda a região, o tema dos agrotóxicos ganhou ênfase nas discussões do grupo regional a partir dos problemas vivenciados pelos agricultores nos meses de agosto e setembro de 2010, quando o herbicida Gamit passou a ser usado em larga escala durante as operações de plantio do fumo. As denúncias feitas em grupo com os sindicatos, a ONG Terra de Direitos e a AS-PTA foram ganhando um caráter mais orgânico e constituíram um importante estímulo para a formação do Coletivo Triunfo. Uma carta denúncia em nome do Coletivo foi encaminhada para os procuradores do Meio Ambiente de São João do Triunfo, São Mateus, Palmeira, Ponta Grossa, assim como para diversas secretarias de estado e municipais de agricultura e meio ambiente. Foram envolvidos diversos órgãos governamentais, como a Secretaria da Agricultura e o núcleo de pesquisa de saúde do trabalho da UFPR, que elabora estudo sobre as consequências da exposição a agrotóxicos e a própria nicotina pelos trabalhadores da fumicultura em Rio Azul. Foram publicadas matérias no jornal Folha de Londrina e Gazeta do Povo, além de ampla repercussão nacional pela web. Uma representação oficial contra as empresas fumageiras está sendo elaborada por Terra de Direitos.

O conjunto dessas evoluções do Programa esteve associado às seguintes atividades principais:

1- Realização do 22.º Seminário Regional de Agrobiodiversidade com o tema “Em defesa do direito de uso e conservação da biodiversidade na Agricultura Familiar”, envolvendo diretamente 130 participantes de 17 municípios da região centro sul do Paraná e Planalto Norte Catarinense (julho) nas dependências do Colégio Agrícola de Palmeira, com apresentação de experiências práticas feitas pelas famílias, o monitoramento da contaminação das sementes crioulas, debates políticos e apresentações culturais.

Um dos principais encaminhamentos do seminário foi a realização de testes formalizados das sementes crioulas de milho da região pela Secretaria da Agricultura.

2- Realização de 3 feiras municipais e 1 regional de sementes crioulas e da biodiversidade, envolvendo 20 municípios, com um público de 4500 pessoas. Além de intensa troca de informação e de material genético, foram organizadas oficinas e debates sobre o tema das sementes transgênicas e o risco de contaminação dos cultivos da biodiversidade mantidos pelas famílias agricultoras. A troca de sementes, tradicional nas feiras, foi respaldada pela realização de testes de contaminação por transgênicos em todas as sementes expostas.

3- Análise de cerca de 400 amostras de milho em continuidade ao monitoramento da contaminação dos milhos crioulos por transgênicos, em parceria com sindicatos dos trabalhadores rurais da região e grupos comunitários.

Os testes foram realizados principalmente nas feiras de sementes crioulas e da biodiversidade com o uso do método da fita. Após a mobilização e coleta de amostras de milho na região, a Secretaria da Agricultura emitiu 72 laudos sem comprovar nenhuma contaminação, o que mostra a boa estratégia dos agricultores(as) para o uso e conservação das variedades crioulas.

Atendendo a convites, a experiência de realização de testes de contaminação por transgênicos foi demonstrada em eventos na Paraíba (março), no Rio Grande do Norte (maio) e no estado do Mato Grosso (agosto) para um público de aproximadamente 400 técnicos e agricultores.

4- Elaboração de dossiê com fotos dos 6 casos de contaminação para denúncia sobre o uso indiscriminado do agrotóxico Gamit na cultura do fumo, prejudicando principalmente famílias que desenvolvem sistemas agroecológicos e que já têm a certificação de suas propriedades. Foi elaborada uma carta denúncia do Coletivo Triunfo, publicada em sites e veículos da imprensa de circulação estadual e nacional.

5- Realização de 9 reuniões do Grupo Coletivo Triunfo, com média de 50 participantes entre adultos e jovens, mulheres e homens de 07 municípios sendo 5 do estado do Paraná e 2 do estado de Santa Catarina.

Este grupo consolidou a prática de se reunir mensalmente em uma propriedade dos municípios envolvidos, fazendo inicialmente uma visita a propriedade para troca de experiências desenvolvidas pelas famílias, seguindo as discussões de fundo político-organizativo.

6 - Na área da formação técnica foram promovidas 09 visitas de intercâmbio “agricultor para agricultor”, com média de 20 participantes, sobre manejo ecológico de solos, principalmente com adubação verde e uso de sementes crioulas de diversas espécies. Com o mesmo tema, foram promovidas 5 visitas de intercâmbio para grupos exclusivos de mulheres, com a participação de 50 agricultoras. Com foco na produção de sementes e mudas foram também realizados 23 dias de campo, envolvendo 270 agricultores e 93 agricultoras, em parceria com sindicatos municipais e associações comunitárias, além de organismos oficiais de extensão e pesquisa (Embrapa e Epagri). 203 agricultores e 100 agricultoras participaram também de reuniões e oficinas comunitárias voltadas, em sua maior parte, à implantação, colheita e avaliação de experimentos com variedades crioulas de várias espécies.

7- No tema acesso aos mercados das compras governamentais, foi realizado, no mês de setembro, no âmbito do Território Vale do Iguaçu, um seminário sobre os programas PAA e PNAE. O evento contou com a participação de 103 participantes, envolvendo organizações de base regionais e Emater, além de representantes dos governos municipais dos 10 municípios que compõem o Território.

8- Apoio ao processo de formação de 206 jovens das Casas Familiares Rurais de Cruz Machado, São Mateus do Sul, da escola estadual de Bela Vista do Toldo e do curso de técnico em meio ambiente do Colégio Estadual Túlio de França (União da Vitória), com ênfase na transição agroecológica dos sistemas de produção de alimentos e sobre modelos de desenvolvimento territorial.

9- Apoio à organização e assessoria ao 1.º Seminário Regional da Juventude da Agricultura Familiar, promovido pelo STR de Palmeira em parceria com a AS-PTA, com participação de 140 jovens de ambos os sexos. As discussões foram centradas na sucessão nas propriedades rurais, tendo como sub-temas: crédito e geração de renda; terra e habitação; meio ambiente; educação e inclusão digital; cultura e lazer. O seminário resultou na constituição de um Coletivo da Juventude Rural, coordenado por um grupo de 17 jovens do município de Palmeira. As propostas debatidas nos grupos de trabalho e nas plenárias foram remetidas à direção da Fetraf-Sul para composição da pauta de reivindicações ao governo federal.

10- Continuidade e fortalecimento de parcerias da ASPTA e os grupos de agricultores experimentadores com instituições da pesquisa pública por meio dos Projetos CNPq Fertilizantes (aprovado em 2008) e CNPq Transição Agroecológica (aprovado em dezembro de 2010 através do edital MCT/CNPq/MDA/SAF n.º 58/2010 – Agricultura Familiar). As ações desenvolvidas pela parceria são relacionadas à conservação da fertilidade dos solos com a utilização de recursos que proporcionem mais autonomia para as famílias (uso de adubações verdes, pós de rocha, fixação biológica de Nitrogênio por leguminosas e gramíneas associada ao cultivo de sementes crioulas de diversas espécies). As atividades são analisadas também do ponto de vista econômico e ambiental, demonstrando a viabilidade técnica, econômica e ambiental e as possibilidades de uso desses métodos de manejo em projetos de financiamento da transição agroecológica pelo Pronaf.

11- Participação da AS-PTA, do Sintraf Planalto Norte-SC e de outras organizações da Agricultura Familiar situadas no entorno da Floresta Nacional (Flona) de Três Barras no Conselho Consultivo da Unidade de Conservação. Essa representação dá continuidade e

consolida a participação direta da ASPTA e das organizações locais da Agricultura Familiar na elaboração do plano de manejo da Flona, no qual foram incluídos temas de pesquisa sobre uso múltiplo e sustentável da floresta de Araucárias e a manutenção da área de amortecimento da unidade de conservação como zona livre de cultivo de milho transgênico.

A demanda de participação de representantes dos grupos comunitários, associações e sindicatos nos Conselhos dos territórios fez com que direcionássemos mais ações para a capacitação dos mesmos, trazendo a reflexão dos temas mais relevantes nas reuniões mensais do grupo regional.

12- Realização de seminário local do projeto nacional coordenado pela ANA “PDA Redes”, que tem por objeto a análise da influência das políticas públicas de crédito sobre a evolução da Agricultura Familiar da região. O seminário envolveu 38 pessoas, representando assentamentos, sindicatos, prefeitura municipal, organização Crédito Solidário e Banco do Brasil.

13- Elaboração de caracterização do manejo agroflorestal da erva mate e frutas nativas, juntamente com levantamento fitossociológico na propriedade da família Paula e Silva, na Barra Bonita em São João do Triunfo, como parte das atividades do projeto PDA Redes. O estudo, realizado em parceria com a Flona de Três Barras, serviu de base para o processo de certificação da propriedade e de referência futura para outras iniciativas similares de certificação de sistemas agroflorestais em unidades produtivas familiares.

14- Elaboração de 5 boletins de sistematização de experiências inovadoras de famílias da região, abordando temas como: geração de renda (Mulheres do Faxinal da Água Amarela, de Antonio Olinto); transição agroecológica dos sistemas de produção (Família Kunze, Santa Maria, Porto União; Família Kowalczyk da Acopal em Cruz Machado); conservação de sementes crioulas (Família Paisani, Guaiaca, São João do Triunfo) e diversidade e manejo ecológico de solos (Assentamento Mimo, Irineópolis-SC).

III. Programa de Agricultura Urbana no município do Rio de Janeiro

No ano 2010, o programa de Agricultura Urbana manteve a estratégia de apoiar grupos organizados de pastorais sociais, lideranças comunitárias e redes locais com atuação em comunidades de baixa renda no município do Rio de Janeiro com o objetivo de promover o cultivo de quintais domésticos e espaços coletivos. Além disso, pouco a pouco, vem se aproximando de grupos de agricultores familiares localizados em regiões periurbanas empobrecidas.

A carência de recursos e a falta de financiamento específico levou à redução de atividades diretas e continuadas nas comunidades, adaptando a estratégia do programa para potencializar as ações através de redes locais de promoção da agricultura urbana, valorizando a capacidade acumulada junto às comunidades e organizações comunitárias. No caso da zona oeste do Rio de Janeiro, a relação com os grupos com os quais o programa já vinha estabelecendo laços de parceria passa a ser estabelecida através dos espaços da Rede de Agricultura Urbana do Rio de Janeiro.

No caso particular da relação com a Pastoral da Criança, foram iniciadas, com abrangência nacional, as capacitações de líderes comunitárias para a implantação de hortas caseiras, como desdobramento do projeto piloto executado em períodos anteriores na zona oeste do Rio de Janeiro, pela AS-PTA e a Pastoral da Criança da região. A AS-PTA prestou apoio técnico e metodológico na construção dessa estratégia, apoiando a formulação da proposta e dos materiais pedagógicos adotados.

Ao mesmo tempo, tanto como estratégia de potencialização das ações, como visando a diversificar as áreas de atuação, o Programa, buscou aproximação com grupos organizados de agricultores periurbanos. Essa aproximação se efetivou no quadro das relações de cooperação do programa de Agricultura Urbana com a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ).

Formação / experimentação em agricultura urbana

Associada à estratégia de fortalecimento das redes e das organizações sociais como principais protagonistas dos processos de promoção das práticas agrícolas nos quintais, foram realizadas diversas visitas de apoio técnico e metodológico junto aos grupos nas comunidades. Os principais grupos beneficiados com as visitas foram: Grupo Amigos da Horta, das comunidades Jardim Guaratiba e Praia da Brisa, na zona oeste do Rio de Janeiro; Grupo de agentes comunitários de saúde e moradores da Comunidade Batan, em Realengo, zona oeste; e Grupo Saúde nas Mãos, do Rio Comprido, zona norte.

Em seu conjunto, as visitas comunitárias envolveram aproximadamente 90 pessoas, em torno de 80 % mulheres. Os resultados dessas visitas de apoio foram, de um lado, o melhoramento e intensificação produtiva de cerca de 50 quintais já cultivados e, de outro, a implantação de novas hortas caseiras comunitárias e em espaços coletivos, a saber: Grupo Amigos da Horta: 1 horta comunitária e 8 hortas em quintais; Grupo de agentes comunitários de saúde e moradores da Comunidade Batan: 1 horta demonstrativa de aproveitamento de pequenos espaços em unidade de saúde e 4 hortas em quintais produtivos; Grupo Saúde nas Mãos: 1 horta coletiva em centro comunitário e 4 quintais produtivos.

No sentido de qualificar a reflexão sobre as práticas de agricultura urbana, com especial ênfase na importância da participação das mulheres, foi realizada uma oficina no Dia Internacional da Mulher. 50 mulheres, lideranças em suas comunidades, estiveram juntas trocando experiências sobre suas histórias de vida, suas relações com a agricultura, a importância dessas práticas em suas vidas e a importância de resgatar e valorizar o papel das mulheres como protagonistas do fortalecimento das famílias e comunidades, em oposição à situação vivida pela maioria das mulheres, de subjugação econômica e social.

Em parceria com o Iser Assessoria e o Grupo de Leigas e Leigos das Pastorais Sociais, o Programa coordenou a oficina de agricultura urbana e agroecologia no Curso do Rio 2010, realizada no período entre os dias 26 e 30 de julho. O Curso do Rio é um reconhecido e tradicional espaço de formação para lideranças de Pastorais Sociais e de comunidades, realizado na cidade do Rio de Janeiro e que atende a pessoas de todo o estado do RJ. Foram 22 participantes da oficina, que tiveram acesso às informações e acúmulos gerados pelo Programa e que foram incentivadas a iniciar as experimentações em suas comunidades.

Como preparação para o III Encontro da Rede Fitovida, nos meses de julho e agosto, o Programa de Agricultura Urbana apoiou a realização de 2 oficinas preparatórias, uma na cidade do Rio de Janeiro e outra em Paraty. O tema do Encontro foi “Resgate da vida através das nossas raízes” e as oficinas preparatórias tiveram como foco os conhecimentos tradicionais sobre ervas medicinais e o resgate das referências culturais presentes nas comunidades (raizeiros, erveiras, parteiras, benzedadeiras etc.). Participaram das oficinas representantes dos grupos da Rede Fitovida, raizeiros e raizeiras e representantes de comunidades tradicionais, em especial quilombolas e caiçaras, num total de 80 pessoas, sendo 80 % mulheres.

Em parceria com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro, o Programa manteve participação na execução do Projeto “Campo e Campus – Jovens rurais/quilombolas protagonizando o fortalecimento da agricultura familiar e a construção do conhecimento agroecológico no estado do Rio de Janeiro”. Esse projeto, que adotou a pedagogia da alternância, teve como objetivo principal a mobilização de jovens de comunidades urbanas, rurais e tradicionais para a formação em agroecologia e o fortalecimento da atuação em suas comunidades de origem. O Programa de Agricultura Urbana foi o responsável pela mobilização e acompanhamento da formação nas comunidades de 30 jovens da região metropolitana do Rio de Janeiro, 40 % mulheres. Além disso, as experiências do Programa foram compartilhadas com os jovens durante o período em que estiveram presentes na universidade. O projeto “Campos e Campus” estimulou no Programa de Agricultura Urbana um debate específico sobre a inserção social dos jovens rurais. São muitos os jovens nas comunidades urbanas e periurbanas com as quais a AS-PTA vem se relacionando e que não vêm encontrando perspectivas de vida na prática da agricultura. No caso de comunidades intraurbanas, os vínculos com a agricultura vão deixando de existir nas gerações mais velhas e os jovens já não se relacionam com a atividade. No caso de comunidades periurbanas, de comunidades ainda rurais, a falta de perspectiva leva os jovens a buscarem alternativas fora das comunidades, na maioria das vezes em atividades não agrícolas.

No processo em curso de aproximação com grupos de agricultores periurbanos, foram realizadas 4 visitas de intercâmbio que proporcionaram interações entre grupos da região metropolitana do Rio de Janeiro. As visitas aconteceram nos municípios do Rio de Janeiro, Magé e Nova Iguaçu e deram início a trocas de experiências entre os agricultores, bem como marcaram o início de uma construção em conjunto de projetos para o fortalecimento da agricultura familiar periurbana na região.

Apoio às organizações locais e fortalecimento de redes

Inserido na estratégia central do Programa de fortalecer redes de promoção local da agricultura urbana, foi dado grande foco ao fortalecimento da Rede de Agricultura Urbana do Rio de Janeiro. Essa rede foi constituída a partir das interações ocorridas entre os grupos locais parceiros da AS-PTA ao longo dos dez anos do Programa de agricultura urbana. Ela vem operando como espaço de debates, troca de experiências e fortalecimento da agricultura urbana na cidade do Rio de Janeiro. A Rede atua através da realização de pequenos encontros, visitas de intercâmbio e oficinas de reflexão sobre temas pertinentes à agricultura urbana. A Rede de Agricultura Urbana interage com a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro, espaço mais ampliado de interações sobre agroecologia e agricultura familiar no estado e, que por sua vez, está inserida na Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

Entre os dias 23 e 24 de novembro, a AS-PTA apoiou a realização do I Seminário da Rede de Agricultura Urbana, realizado em Vargem Grande, zona oeste do Rio de Janeiro. Foi um momento muito rico de interações entre os diversos grupos que vêm compondo a rede, de avaliação da configuração da rede e das atividades realizadas em 2010, bem como houve espaço para o planejamento do ano 2011. Atualmente, a Rede de Agricultura Urbana ocupa espaço central na estratégia de fortalecimento da agricultura urbana na cidade do Rio de Janeiro.

Outra rede importante que vem sendo apoiada pelo programa de Agricultura Urbana é a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ). A sua constituição remonta à realização do II Encontro Nacional de Agroecologia, em 2006, quando o programa da AS-PTA teve papel importante na mobilização dos agricultores com experiências em agroecologia no estado do RJ. A partir de então, o Programa tem participado e fortalecido o grupo executivo e a coordenação política da AARJ. Da coordenação política da AARJ participam movimentos sociais, redes locais de agricultores, organizações da sociedade civil, cooperativas e representantes de órgãos públicos. O papel da coordenação política é a construção dos direcionamentos estratégicos da rede, organização das agendas de mobilização e direcionamento do grupo executivo. Por sua vez, o grupo executivo é composto, além da AS-PTA, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Cooperativa Cedro.

A Articulação de Agroecologia se organiza também por regiões do estado, sendo a região metropolitana aquela onde se inserem localmente os grupos beneficiados pelo Programa em sua estratégia local. No ano 2010 ocorreram 3 reuniões da Articulação Metropolitana de Agroecologia, todas associadas a visitas a experiências, com 60 participantes, sendo 50% mulheres.

Entre os dias 05 e 07 de agosto de 2010, a Articulação de Agroecologia do RJ realizou o Encontro Estadual de Agroecologia. O programa de Agricultura Urbana da AS-PTA participou ativamente de todo o processo de organização, desde a captação de recursos, estabelecimento de parcerias, mobilização dos agricultores, organização dos processos preparatórios nas comunidades, organização das plenárias, seminários, feira e eventos culturais. O Encontro reuniu aproximadamente 300 participantes, em sua maioria agricultores, muitos dos quais envolvidos nas atividades do Programa de Agricultura Urbana. Durante o evento, foi lançado o documentário em vídeo “Caminhos do Rio: experiências em Agroecologia no estado do Rio de Janeiro”, que evidencia experiências de agricultores e agricultoras e grupos organizados de todas as regiões do estado.

Foi dada continuidade ao apoio técnico-metodológico à Rede Fitovida. Trata-se de uma articulação de grupos comunitários que atuam com produção, beneficiamento e uso de plantas medicinais e saúde comunitária no âmbito do estado do Rio de Janeiro. Ao longo de seus dez anos, a Rede Fitovida vem construindo sua atuação pautada pela promoção das práticas de uso das plantas medicinais enquanto tradição cultural associada ao manejo da biodiversidade. O apoio à Rede Fitovida tem constituído um veículo importante para a valorização dos saberes populares das comunidades tradicionais e o incentivo às práticas agroecológicas no manejo das plantas medicinais nos quintais, hortas e sistemas agroflorestais.

O apoio à Rede Fitovida se dá por meio da participação de integrantes da equipe nas coordenações estadual e metropolitana e nos diversos fóruns e atividades promovidos pela rede. Em 2010, destacou-se a realização do V Encontro Estadual, realizado entre os dias 10 e 12 de setembro, em Valença, RJ. Participaram aproximadamente 250 pessoas, sendo 90 % mulheres, muitas das quais interagem com as demais ações do Programa de incentivo ao aproveitamento dos espaços da cidade e do campo para a prática da agricultura. O Encontro permitiu a reflexão sobre a história que fundamenta as tradições no uso das plantas medicinais; os preconceitos em relação à cultura popular e valorizou a ancestralidade do saber tradicional e popular. A partir do Encontro, fortaleceu-se a ideia da construção da Casa da Memória da Rede Fitovida, espaço para se guardar e multiplicar as memórias do conhecimento tradicional no uso das plantas medicinais.

Comunicação

No período foram realizados:

DVD Caminhos do Rio – em parceria com a AARJ, apresentando experiências em agroecologia no estado do Rio de Janeiro. Algumas das experiências fomentadas pelo Programa de Agricultura Urbana da AS-PTA são mostradas nesse dvd: “Sementes Urbanas”, Saúde pela Natureza”, Quintal da Dona Leda”.

Artigo intitulado “Semeando agroecologia na cidade: notas sobre a construção da Rede da Agricultura Urbana do Rio de Janeiro”, a ser publicado no livro da AARJ, no prelo.

Além desses, foram veiculados artigos e matérias sobre o programa no blog da AARJ e no site da AS-PTA. Os vídeos produzidos sobre as experiências do Programa foram divulgados no canal da cipocaboclovideos, no *youtube*.

Para o próximo período, o principal desafio que está colocado para o Programa de Agricultura Urbana é a construção de relações e a abertura de novos campos de atuação em áreas de agricultura familiar periurbana da região metropolitana do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, está posto o desafio de seguir fortalecendo a Rede de Agricultura Urbana e os grupos parceiros nas áreas intraurbanas da zona oeste do município do Rio de Janeiro.

No que diz respeito à construção de políticas públicas, o programa conseguiu interferir na construção do programa de agricultura urbana e periurbana do MDS. Entretanto, a necessidade de estabelecer novas formas de relação Estado – Sociedade civil se sobrepõe a qualquer tentativa de execução de ações por parte das organizações da sociedade civil. Torna-se necessário um novo marco regulatório para tais relações, sem o qual continuaremos a ajudar a construir boas propostas, mas estaremos de fora da realização das mesmas.

Ainda é desafio para o Programa a construção de políticas locais de apoio à agricultura na cidade do Rio de Janeiro. O Programa tem participado como colaborador do Grupo de Trabalho de Agricultura Urbana do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), onde têm-se discutido diversas propostas para a implementação de ações de hortas escolares e em comunidades.

IV. Programa de Desenvolvimento Metodológico

As atividades do programa se desenvolveram em torno aos quatro eixos que estruturam a estratégia adotada no triênio:

- 1) abordagens metodológicas para a construção do conhecimento agroecológico;
- 2) apoio à construção de capacidades de organizações da sociedade civil no campo da sistematização de experiências;
- 3) desenvolvimento do Sistema Agroecologia em Rede;
- 4) desenvolvimento de abordagens metodológicas para a incorporação da perspectiva de gênero em processos sociais voltados à transição agroecológica.

1) Construção do conhecimento agroecológico

Monitoramento da transição agroecológica

Um importante desafio enfrentado por programas de desenvolvimento rural com enfoque agroecológico é o monitoramento da expansão das dinâmicas de inovação por meio de redes de agricultores-experimentadores, abordagem de ATER que vem sendo defendida e aprimorada pela AS-PTA por meio de seus programas locais. Para avançar na superação desse desafio, a AS-PTA desenvolveu um sistema para gestão de informações georreferenciadas voltado à produção de mapas que expressam o avanço das dinâmicas sociais de inovação agroecológica em territórios rurais. O sistema vem operando de forma sistemática no Programa Paraíba.

Um segundo avanço nesse campo foi a sistematização de metodologia para modelização de agroecossistemas. O objetivo desse instrumento é representar esquematicamente a estrutura e o funcionamento de agroecossistemas monitorados de forma a facilitar a visualização do complexo informacional envolvido na gestão econômica e técnica das unidades familiares de produção.

Outro instrumento desenvolvido para aprimorar o método de monitoramento da transição agroecológica foi uma planilha eletrônica voltada ao registro e tratamento de dados econômicos coletados por meio de entrevistas semi-estruturadas realizadas junto às famílias agricultoras. Esse instrumento veio responder à necessidade de padronização nos procedimentos de coleta e análise dos dados econômicos dos agroecossistemas com base em um conjunto consolidado de conceitos e indicadores. Por intermédio desse torna-se possível gerar informações sobre um conjunto de indicadores adotados em análises comparativas entre agroecossistemas que possuem diferentes trajetórias evolutivas. Os dados econômicos coletados a campo são tratados por meio de três planilhas: a primeira destina-se a receber os dados primários coletados a campo; a segunda faz o tratamento dos dados segundo os indicadores de desempenho econômico pré-definidos; a terceira gera gráficos para visualização do desempenho econômico do conjunto do agroecossistema e de cada um de seus subsistemas produtivos.

Os instrumentos desenvolvidos (modelização e planilha eletrônica) foram testados e validados em exercícios realizados em unidades de produção de referência na Paraíba e na

região do Contestado. Foram posteriormente avaliados pelas equipes técnicas dos programas locais da AS-PTA por ocasião de um seminário especificamente organizado para este fim.

Tendo se demonstrando um sistema de fácil uso e apropriação, a proposta metodológica foi incorporada à rotina metodológica da AS-PTA e já vêm sendo disseminada para outras organizações públicas de ATER, governamentais e não-governamentais, que integram a rede de relações institucionais da AS-PTA. Têm sido úteis também para a articulação da pesquisa acadêmica a dinâmicas sociais de inovação agroecológica baseadas em redes territoriais de agricultores-experimentadores. A Embrapa, a partir de seu projeto em rede nacional intitulado “Transição Agroecológica” já manifestou interesse em conhecer a metodologia de análise desenvolvida. Atividades específicas para o repasse da mesma serão agendadas para o ano de 2011.

Com o enfoque agroecológico assumido oficialmente pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário como um princípio orientador do Programa Nacional de ATER (PRONATER), os instrumentos e metodologias desenvolvidos no projeto poderão dar também grande contribuição à efetivação dessa importante política pública de desenvolvimento rural. A perspectiva de ampla valorização pública desses resultados apresenta-se particularmente concreta no atual momento em que o MDA vem lançando editais públicos para a contratação de serviços de ATER em Territórios da Cidadania segundo a perspectiva agroecológica. A própria AS-PTA e a Emater-PB iniciarão projetos de ATER em 2011 a partir de contratos celebrados junto ao MDA e planejam incorporar referenciais conceituais e metodológicos desenvolvidos no projeto em suas rotinas operacionais.

Educação em Agroecologia

Outra frente de ação do programa esteve voltada para temática da educação em Agroecologia. O Brasil conta hoje com mais de 120 cursos oficiais sobre Agroecologia ou com ênfase em Agroecologia. Esses cursos estão dispersos por todas as regiões e recobrem todos os níveis educacionais profissionalizantes (desde tecnólogo até doutoramento). Por iniciativa da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), elaborou-se um projeto voltado à identificação e sistematização dessas experiências de ensino. O projeto recebeu apoio financeiro do Ministério do Desenvolvimento Agrário no montante de R\$ 415.000,00 e tem por objetivo cadastrar informações dos cursos na base Agroecologia em Rede e de selecionar 40 experiências para a participação em um processo coletivo de reflexão com base em atividades de sistematização. Para tanto, foram programados seminários em quatro regiões do Brasil e um seminário nacional. Devido a dificuldades burocráticas para a tramitação dos recursos financeiros, as atividades do projeto foram transferidas para 2011. O seminário final está programado para ocorrer de forma integrada ao VII Congresso Brasileiro de Agroecologia, que ocorrerá em outubro de 2011. A AS-PTA esteve ativa na concepção e negociação desse projeto e integra o grupo responsável pela organização do seminário e seus desdobramentos.

2) Sistematização de experiências

No decorrer dos seis anos de operação do programa P1+2, da ASA-Brasil, foram realizadas de mais de 6 mil visitas de intercâmbio entre agricultores e agricultoras e foram sistematizadas 634 experiências de convivência com o semiárido na forma de boletins informativos, somando mais de 63 mil exemplares amplamente distribuídos nos diversos

encontros de formação. Todo esse acervo, produzido de forma descentralizada nos 11 estados abrangidos pelo semiárido brasileiro, é resultante dos processos de capacitação idealizados e assessorados pela AS-PTA durante a execução do programa.

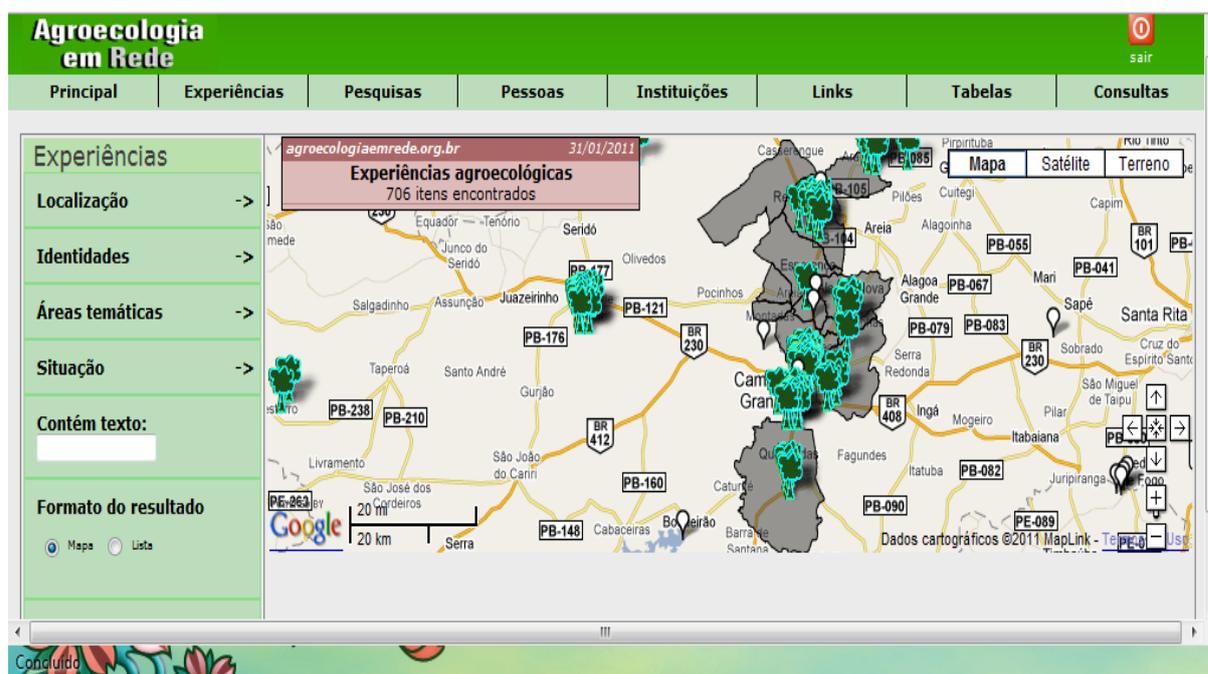
Além dos produtos gerados, cabe ressaltar que o projeto proporcionou para um expressivo número de instituições que atuam nessa região a internalização da abordagem metodológica desenvolvida pela AS-PTA voltada para a sistematização de experiências no âmbito de redes locais de inovação agroecológica. Para fazer um balanço desse processo foi realizado o *Encontro Comunicação para uma vida digna no Semiárido*, reunindo 80 representantes de organizações vinculadas à ASA Brasil.

Os resultados no campo do monitoramento da transição agroecológica vêm sendo replicados para outros contextos por meio de interações da AS-PTA com outras organizações parceiras no âmbito das redes de ATER nas quais participa no Nordeste e no Sul do Brasil. Destaque cabe nesse sentido ao evento da Rede Ater-NE dedicado à apresentação, debate e experimentação das metodologias de modelização de agroecossistemas e da planilha eletrônica para análise de dados econômicos de unidades de produção familiar.

3) Agroecologia em Rede

O banco de dados Agroecologia em Rede foi reformulado conceitual e tecnicamente para atender a demandas postas pela Articulação Nacional de Agroecologia e pela Associação Brasileira de Agroecologia. A principal mudança foi a implementação de uma nova funcionalidade, desenvolvida para apresentar a distribuição espacial das experiências em territórios rurais (Ver Figura 01).

Figura 01 - Nova forma de apresentação das experiências em agroecologia (Experiências na região do Polo da Borborema)



Um seminário nacional específico foi realizado para debater as estratégias de mapeamento das experiências do campo agroecológico. O evento reuniu representantes de Grupos de Trabalho (GT) da ANA com o objetivo de elaborar estratégias para a estruturação e definição de métodos de alimentação de um Mapa das Expressões da Agroecologia.

Um novo avanço no desenvolvimento do sistema foi motivado a partir do processo preparatório do encontro nacional “Diálogos de Convergência da Agroecologia”. Nesse caos, a proposta foi a de articular a base de dados Agroecologia em Rede com as bases de dados de iniciativas dos movimentos de Economia Solidária e de Justiça Ambiental por meio da criação de um sistema intitulado “intermapas”, cujo protótipo pode ser visualizado a partir do seguinte link <<http://www.fbes.org.br/intermapas/>>.

Foram desencadeadas no ano algumas campanhas de cadastramento de experiências na base do sistema Agroecologia em Rede. Ao final do ano, o sistema registrava em suas bases de dados informações sobre 706 experiências, 432 pesquisas, 526 instituições e 1.656 contatos pessoais.

4) Desenvolvimento de abordagem metodológica para a promoção da perspectiva de gênero na transição agroecológica

As atividades nesse campo concentraram-se junto ao programa local da Paraíba, a partir do qual um vínculo foi estabelecido com a dinâmica nacional de debate sobre esse tema coordenado pelo GT Mulheres da ANA. Com base de um conjunto de sistematizações de experiências significativas, foi organizado um encontro regional e um grande evento de mobilização com a participação de 900 agricultoras no agreste da Paraíba.

Várias sistematizações foram realizadas ao longo do ano na forma de boletins dando visibilidade ao trabalho das mulheres e desvelando os variados tipos de conflito vivenciados por elas na superação das relações desiguais com os homens. Essas sistematizações foram essenciais para subsidiar o trabalho da Comissão de Saúde e Alimentação do Polo da Borborema.

Os avanços alcançados pela AS-PTA em suas abordagens metodológicas voltadas à incorporação do enfoque de gênero nas redes locais de inovação agroecológica vêm sendo valorizados em espaços de articulação do campo agroecológico tais como a ASA-PB, ASA-Brasil e ANA. Especial destaque cabe nesse sentido ao Encontro Nacional de Mulheres, Agroecologia e Plantas Medicinais, realizado em Campina Grande e organizado pelo GT-Mulheres da ANA com apoio da AS-PTA.

V. Programa de Políticas Públicas

O ano de 2010 fechou a chamada “era Lula” ou, pelo menos, o governo Lula. Após 7 anos de luta política e negociações com diferentes setores do governo, não havia expectativa de que algo muito significativo acontecesse no “apagar das luzes”. As tendências que marcaram os anos anteriores não se alteraram. Mais ainda, elas se aprofundaram no último ano.

A principal política pública do governo em relação à agricultura familiar foi, ao longo de 8 anos, o PRONAF. Este programa de crédito facilitado passou de um desembolso de 2 bilhões de reais por ano para perto de 16 bilhões, mais que dobrando o número de beneficiários, de pouco menos de 1 milhão para um pouco mais de 2 milhões. Entretanto, as avaliações feitas pela AS-PTA e pela ANA no ano passado apontaram para o uso desse crédito para expandir o modelo da revolução verde aos agricultores familiares. O uso de adubos químicos, agrotóxicos e sementes melhoradas por empresas, inclusive sementes transgênicas e maquinário, expandiu-se exponencialmente entre os agricultores familiares. Uma combinação de facilidade de acesso, subsídios, seguro e assistência técnica levaram a esse resultado de alto risco para a sustentabilidade da agricultura familiar. É importante notar que isto se deu concomitantemente com a adoção pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) de posturas favoráveis à prioridade para o desenvolvimento sustentável centrado na agroecologia. A ação política da sociedade civil foi capaz de introduzir nas políticas de crédito e de assistência técnica e extensão rural (ATER), bem como no programa de aquisição de alimentos, fortes componentes dirigidos à adoção da agroecologia mas, na prática, estes ficaram bastante secundarizados.

O resultado das políticas de desenvolvimento adotadas pelo governo foi o aumento da inadimplência da agricultura familiar e a crescente concentração do crédito em sua camada economicamente mais favorecida, localizada, sobretudo na região sul do país. O número de beneficiários do setor mais empobrecido caiu em quase 50%, nas regiões nordeste e norte.

Permaneceu ainda indefinida no ano 2010 a política pública de ATER. Essa política era regida por uma política específica, a Pnater, definida logo no início do governo Lula com forte participação da ANA e com clara prioridade para a difusão da agroecologia. A aplicação dessa política ao longo do governo Lula esbarrou na questão do marco legal para o terceiro setor, que inclui as ONGs e outras entidades de ATER vinculadas aos movimentos sociais. O sistema de financiamento de atividades de ATER através de convênios levou a crises sucessivas dos beneficiários devido a exigências exageradas na gestão dos recursos conveniados. A luta para reformar o marco legal foi travada por inúmeras entidades em várias frentes, mas a que realmente avançou foi a formulação e aprovação de uma lei de ATER, que passou a permitir o financiamento de organizações civis através do sistema de contratos, o que deveria aliviar sobremaneira os problemas de gestão. A lei de ATER manteve a prioridade para a agroecologia, introduzida através de ação da ANA junto ao MDA e ao Congresso Nacional.

A regulamentação da lei de ATER, ocorrida em 2010, bem como a definição das normativas operacionais da mesma, foi uma derrota para as entidades da sociedade civil. Na concepção adotada pelo MDA prevalece a assistência técnica individual, o que entra em choque com as metodologias participativas adotadas pela AS-PTA com tanto sucesso e eficiência e difundidas junto a muitas entidades da ANA. Inúmeros problemas foram sendo identificados no processo de execução dos projetos aprovados pelo MDA, ao ponto em que a AS-PTA e várias outras entidades se recusaram a participar dos editais. Uma negociação específica para um edital dirigido à região semi-árida permitiu que alguns dos problemas fossem superados, mas o fim do governo Lula e o lento início do governo Dilma fizeram com que os projetos contemplados nesse edital, bem como dezenas de outros, estejam ainda sem financiamento.

Ao longo do ano de 2010 a AS-PTA apostou em uma estratégia de buscar reformar a política de ATER pela realização da Conferência Nacional de ATER, que é, por lei, o

órgão definidor da política. Até o final do ano, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural havia delegado ao seu Comitê de ATER a responsabilidade de preparar a Conferência e o modelo proposto permitia a participação da ANA/AS-PTA na formulação do documento base e uma forte participação da sociedade civil. Tudo isso foi suspenso no início do novo governo pela paralisia que tomou conta do MDA. A Conferência tinha que ser realizada até maio 2010, de forma que seus resultados fossem incorporados ao Plano Plurianual do governo. Não houve tempo hábil e a Conferência teria sido simplesmente abandonada se não fossem os protestos dos representantes da sociedade civil no CONDRAF. Ainda não está claro quando a Conferência será realizada, nem que peso terá na alteração da política de ATER. Se não se conseguirem as alterações necessárias, a atual política acabará por marginalizar as entidades de promoção da agroecologia.

As atividades do Programa Políticas Públicas foram implementadas com base em 6 linhas temáticas:

Assistência técnica e extensão rural (ATER)

A estratégia adotada pela AS-PTA sempre foi mobilizar o campo agroecológico através da ANA para buscar influenciar as políticas e programas do governo. A forte desmobilização da sociedade civil, em geral, e da ANA, em particular, devido, sobretudo à já mencionada crise financeira, fez com que o esforço para influenciar a política de ATER ficasse limitado às negociações da Rede ATER Nordeste com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para conseguir uma chamada para projetos para o semi-árido com um formato menos limitante do que as chamadas até então lançadas e às pressões para organizar a Conferência Nacional de ATER, à qual a nova lei de ATER atribui papel de definição política. Foram realizadas inúmeras reuniões de negociação com várias instâncias do MDA e formulados documentos de crítica ao formato adotado na atual política de ATER, mas os resultados ainda se fazem esperar.

Biocombustíveis

A AS-PTA participou e coordenou um Grupo de Trabalho da ANA para avaliar o programa nacional do Biodiesel. Quatro estudos de caso foram realizados no Rio Grande do Sul (2), Minas Gerais e Ceará. Foram feitas também entrevistas com responsáveis pelo programa do Biodiesel da Petrobrás e, um documento de síntese foi elaborado. Os resultados dos estudos realizados deverão ser objeto de um seminário em 2011, quando se reunirão para debater o tema representantes da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e gestores públicos. Desde já, os estudos sugerem as seguintes conclusões:

- o Programa do biodiesel foi dirigido, na sua concepção, para os agricultores familiares do nordeste produtores de mamona;
- atualmente, o programa produz biodiesel com base na soja (95% da matéria prima utilizada, sendo que os outros 5%, vêm do sebo de boi (3%), e 2% do girassol, amendoim e outras oleaginosas). Grandes empresas do setor sojeiro desempenham atualmente um papel fundamental no programa e apenas a Petrobras mantém compra significativa de matéria prima produzida pela agricultura familiar;
- nas áreas em que organizações voltadas para a agroecologia assumiram a intermediação dos projetos com a Petrobras, assim como a extensão rural, não se confirmou a esperada tendência aos monocultivos de oleaginosas;

- embora com inúmeros problemas, os projetos conduzidos por organizações civis beneficiaram os agricultores familiares que deles participaram;
- as organizações que vêm intermediando os projetos com a Petrobrás se dão conta de que o programa é insustentável sem um subsídio gigantesco, que só se justifica por razões políticas. Sendo assim, estão buscando aproveitar ao máximo as vantagens do momento para dotarem-se de infraestrutura de transformação da matéria prima que pode vir a ser usada para outros fins, caso o atual programa seja descontinuado.

Agroecologia na Amazônia Ocidental

Desde a fundação da ANA que se constata uma relativa fragilidade das entidades de promoção do desenvolvimento na região, quando avaliadas do ponto de vista da agroecologia. Isto não quer dizer que não existam entidades poderosas e bem conceituadas, mas elas estão se aproximando da agroecologia recentemente e encontram problemas que costumam avaliar como sendo de ordem técnica. A AS-PTA iniciou, em 2009, uma colaboração com entidades da Amazônia Ocidental, seis no Acre e três em Rondônia, visando a avaliar os avanços e dificuldades encontrados pelas mesmas ao adotar a abordagem agroecológica de desenvolvimento. A pesquisa revelou que os principais problemas na adoção da agroecologia não se encontram no maior ou menor domínio das técnicas agroecológicas, mas, sobretudo, na definição de estratégias consistentes para o desenvolvimento local e na adoção/adaptação dos métodos participativos de promoção da agroecologia. Por outro lado, uma outra pesquisa realizada pela AS-PTA focou na incidência (positiva ou negativa) das mais relevantes políticas públicas na ação das entidades para promover o desenvolvimento agroecológico. A pesquisa se concentrou no estado do Acre onde a política do governo local foi fortemente marcada por uma consciência ambiental que incorporou a questão da agroecologia nos seus programas. Dada a forte participação da sociedade civil na elaboração e execução dessas políticas estaduais, não é de se estranhar que os limitantes encontrados na prática das entidades se reflitam nas políticas. No entanto, alguns anos de esforços na aplicação de programas incorporando princípios assimiláveis aos conceitos da agroecologia representam um forte acúmulo de experiências que permitirá às entidades do Acre revê-las e melhorá-las. Um seminário de debate dos resultados das duas pesquisas se realizará em 2011 e preparará os desdobramentos do esforço de cooperação.

Cooperação internacional

Desde 2007, a AS-PTA vem participando de um processo de colaboração com duas entidades da Índia e da África do Sul, visando a fortalecer as práticas agroecológicas de cada uma delas. No quadro dessa colaboração, foram realizadas sistematizações de experiências de cada uma das entidades de modo a subsidiar as visitas de intercâmbio entre os países. As visitas foram realizadas por grupos compostos por dois técnicos e dois agricultores de cada entidade, sendo que, antes e depois de cada visita, grupos mais amplos de agricultores e técnicos analisavam a experiência em questão, de modo a orientar o grupo viajante para explorar os aspectos mais relevantes para cada entidade. Os temas escolhidos para os intercâmbios foram: controle da contaminação por transgênicos; resgate, melhoramento e conservação de sementes crioulas; estratégias de desenvolvimento agroecológico.

Como desdobramento dos intercâmbios, a AS-PTA foi convidada pela entidade sul-africana a prestar uma assistência no planejamento estratégico da mesma. Um técnico da AS-PTA visitou os projetos de campo e discutiu com a equipe técnica da entidade, além de participar, em outra visita, do primeiro congresso de agroecologia da África do Sul.

Financiamento da transição agroecológica

Como já foi referido na parte introdutória deste relatório, o avanço do crédito público empurrou a agricultura familiar para o chamado “agronegócio” insustentável e inibiu o crescimento da produção agroecológica. A atração pelas práticas da revolução verde facilitada pelos subsídios do governo, pela assistência técnica convencional e pelo condicionamento imposto pelas exigências do seguro rural fizeram com que muitos produtores agroecologistas abandonassem essa alternativa produtiva. A AS-PTA observou, entretanto, que outros fatores (secundários, é verdade) influenciaram essa mudança. Entre eles, o principal talvez tenha sido o crédito para a agroecologia cuja concepção estava em total desconexão com a realidade dos processos de transição.

Visando a formular uma proposta de crédito para a transição agroecológica, A AS-PTA realizou uma pesquisa, conjuntamente com o CTA Zona da Mata (MG) e o SASOP (BA), visando identificar os processos reais em que agricultores realizaram a transição. Analisando tais casos e verificando como os agricultores conseguiram financiar a transição, buscaram-se subsídios para identificar os volumes de recursos necessários, o timing dos investimentos, a capacidade de pagamento (no caso de terem recorrido a empréstimos de qualquer natureza) e os resultados produtivos. A pesquisa está ainda em curso.

Embora no decorrer do triênio o Programa Políticas Públicas tenha conseguido colocar na pauta de várias políticas públicas temas da agroecologia, os resultados práticos da execução dessas políticas não foram muito encorajadores. As atividades do último período, entretanto, permitiram qualificar as nossas propostas de políticas (biocombustíveis, ATER e crédito) para, futuramente, levá-las ao conjunto das entidades da ANA e planejar com elas uma retomada de negociações com o novo governo.

As atividades de cooperação com as entidades da Amazônia Ocidental, bem como as da Índia e África do Sul, não estavam previstas no Plano Trienal. Elas resultaram em processos bastante proveitosos para as entidades parceiras da AS-PTA nos três casos. O resultado mais importante para a AS-PTA foi o aprendizado, tanto no plano nacional como internacional, sobre os requerimentos para a realização de uma assessoria de qualidade em planejamento estratégico, metodologias e tecnologias necessárias para a promoção da agroecologia, que atualmente passa a ser reconhecida e solicitada.

Campanha Brasil Ecológico, Livre de Transgênicos e Agrotóxicos

Entre 2008 e 2010, o Brasil autorizou o plantio comercial de 26 variedades transgênicas de soja milho e algodão. Essas novas sementes são controladas por apenas 5 empresas, sendo que a maior delas, a Monsanto, detém sozinha 46% do mercado. Somente na safra 2009/2010 a cobrança de royalties pelo uso das sementes modificadas pode ter alcançado R\$ 1 bilhão. Além da soja transgênica, que já ocupa mais de 60% da área semeada com a leguminosa no país, cresce rapidamente a difusão das sementes de milho transgênico nas plantações brasileiras que, em dois anos, já alcançou cifras semelhantes à da soja. Juntas,

essas culturas somam mais de 25 milhões de hectares cultivados com OGMs. Esse cenário representa elevada exposição das variedades tradicionais, convencionais e orgânicas à contaminação.

Com a mudança de governo ocorrida no início do ano foram empossados novos gestores no Ministério de Ciência e Tecnologia, órgão responsável pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio. A atual gestão já deu alguns sinais concretos demonstrando ser mais aberta à aplicação do princípio da precaução nas decisões sobre biossegurança e ao cumprimento efetivo da lei. No Ministério do Desenvolvimento Agrário também foram retomados os contatos após a composição de nova equipe. É nesse espaço que as organizações têm encontrado apoio para manter diálogo permanente com pesquisadores e gestores em processos decisórios sobre transgênicos.

Também merece destaque a grande repercussão pública causada pelo fato de o Brasil ser o país que, mais usa agrotóxicos no mundo. Pesquisas recentes vêm revelando os impactos do uso abusivo de venenos sobre os trabalhadores rurais, comunidades vizinhas às plantações e meio ambiente em algumas das principais regiões do agronegócio no Brasil. Da mesma forma, novas pesquisas vêm também confirmando os riscos dos transgênicos apontados há mais de uma década por ONGs e pesquisadores engajados. O debate sobre o tema tem despertado maior conscientização da população sobre os impactos do modelo agrícola predominante (e sua relação com as sementes transgênicas) e, ao mesmo tempo, aumentado o interesse sobre alternativas e formas mais saudáveis de alimentação. A AS-PTA permaneceu ativa nos espaços de debate e na produção e divulgação de informações sobre o tema.

Além das ações de comunicação e informação, a AS-PTA investe nos espaços de formação e debate ligados ao tema. De forma complementar a essas estratégias, a entidade, junto com organizações parceiras, é autora de ações judiciais. Uma delas questiona o sigilo aplicado sobre os processos de liberações comerciais de transgênicos. Em decisão recente, a Justiça entendeu procedente o pedido das organizações e com isso a CTNBio foi obrigada a voltar a disponibilizar cópias dos processos para as organizações interessadas. Numa outra ação proposta pelas mesmas organizações, a Justiça entendeu que os agricultores familiares, tradicionais, indígenas e outros grupos devem ser ouvidos de forma que suas preocupações acerca da contaminação genética e perda das sementes locais sejam levadas em consideração pelo Judiciário quando este for decidir sobre regras de coexistência no país.

No período em questão, a AS-PTA, por meio da Campanha, realizou atividades no campo da informação, mobilização de atores da sociedade civil e do monitoramento de políticas públicas e da aplicação da lei de biossegurança que resultaram em impactos positivos. Destacam-se a retirada de pauta do pedido de liberação comercial de variedade de arroz transgênico da empresa Bayer e o recuo da CTNBio, que iniciara o ano anunciando revogação das regras de monitoramento pós-liberação comercial dos impactos dos transgênicos à saúde humana, animal e ao meio ambiente. Além disso, foi impedida a redução do prazo mínimo para análise e deliberação sobre pedidos de liberação comercial de organismos transgênicos.

No campo da comunicação, a AS-PTA participou de várias iniciativas de mídia: reportagem especial realizada pelo canal de TV Globo News sobre o tema dos transgênicos, que também entrevistou cientistas e autoridades e gerou grande repercussão

pública; programa sobre alimentos orgânicos na TV Brasil e entrevistas a rádios da Alemanha e Áustria. Também foram produzidas 60 edições do boletim eletrônico semanal Brasil Ecológico Livre de Transgênicos e Agrotóxicos e 6 edições em inglês. O boletim é enviado diretamente para cerca de 5 mil endereços e reproduzido em diversas outras listas de internet, sites, blogs, redes sociais e veículos de comunicação. Além disso, a AS-PTA participou da elaboração do livro “Transgênicos para quem? Agricultura, ciência e sociedade”, editado pelo NEAD/MDA e cujo lançamento foi realizado no início de 2011 em 5 diferentes cidades do país com debates com autores e organizadores do livro.

Em sintonia com os objetivos do Plano Trienal de apoiar ações descentralizadas de organizações parceiras e incentivar ações locais contra a contaminação, a Campanha buscou aproximações com outras redes e setores da sociedade afetos ao tema. Como exemplo, cita-se a realização de oficina no Fórum Social Mundial de Porto Alegre (60 pessoas), a participação na V Festa da Semente da Paixão, na Paraíba (2000 pessoas, principalmente agricultores), e no Seminário agrotóxicos, saúde e meio ambiente: o direito à informação sobre agrotóxicos, promovido pelo Ministério Público do Trabalho, em Salvador (100 pessoas), além do Seminário sobre segurança alimentar e transgênicos, realizado em São Paulo por iniciativa do Cremesp – Conselho Regional de Medicina de São Paulo e do Idec – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (150 pessoas). A AS-PTA participou também de audiência pública sobre o feijoeiro transgênico (100 pessoas). Essas iniciativas reforçam o entendimento de que a abordagem do tema a partir de suas interfaces com outros assuntos tem se mostrado cada vez mais importante para a ampliação das parcerias e conscientização da sociedade em geral.

No período abrangido por este relatório a AS-PTA e entidades parceiras realizaram duas audiências com os novos gestores do Ministério de Ciência e Tecnologia, nas quais foi apresentado um documento com análise da atual situação do Brasil em relação às liberações aceleradas de transgênicos e também propostas para melhorar o funcionamento e transparência da CTNBio. Em relação ao tema dos agrotóxicos, a entidade está participando junto com os movimentos sociais do campo e redes da área da saúde ambiental de uma articulação sobre o tema para desenvolver ações de conscientização sobre o tema e incidência. Além disso, a AS-PTA integra a coordenação do Fórum Nacional de Combate ao Impacto dos Agrotóxicos, promovido pelos Ministérios Públicos do Trabalho e Federal e por organizações da sociedade civil e órgãos públicos.

VI. Centro de Informação

O Centro de Informações manteve as atividades de rotina na área de publicações, além de implementar um conjunto de inovações em seus mecanismos de comunicação institucional.

Publicações

Produção da Revista Agriculturas: experiências em agroecologia

Foram produzidas quatro edições da Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, correspondendo ao volume 7 da coleção, inaugurada em 2004 (tabela 1).

Tabela 1: Tema, mês de publicação e numeração das revistas

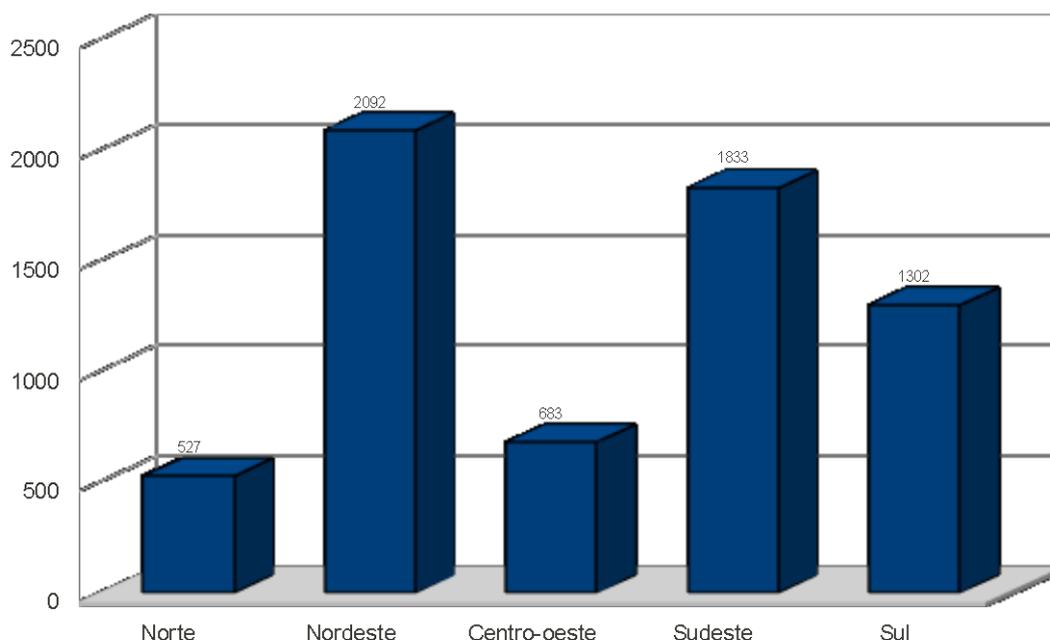
Tema da revista	Mês	Numeração
Construção de territórios camponeses	Março	V.7, N.1
Financiamento da transição agroecológica	Julho	V.7, N.2
Água nos agroecossistemas: aproveitando todas as gotas	Outubro	V.7, N.3
Ensino da Agroecologia	Dezembro	V.7, N.4

Verificou-se no ano o aumento de 31% de registros na base de subscritores. Ao final de 2009, a base contava com 4.987 registros no final de 2010, esse número cresceu para 6.541.

Há uma sólida e consistente curva de crescimento do número de leitores da revista no Brasil. Considere-se nesse resultado o fato de que no período analisado adotou-se uma sistemática de captação de novas subscrições a partir da iniciativa espontânea de interessados. Nesse sentido, credita-se o crescimento do número de subscritores ao reconhecimento da revista como instrumento do campo agroecológico brasileiro.

Do total de subscrições, 80% (5.255) são individuais, sendo 40% (2.065) de mulheres e 60% (3.190) de homens. Ao analisarmos a distribuição geográfica da revista tomando-se como referência as macrorregiões do país, podemos perceber uma correspondência entre o número de subscrições e a densidade das redes agroecológicas dispersas no território nacional (ver gráfico 01):

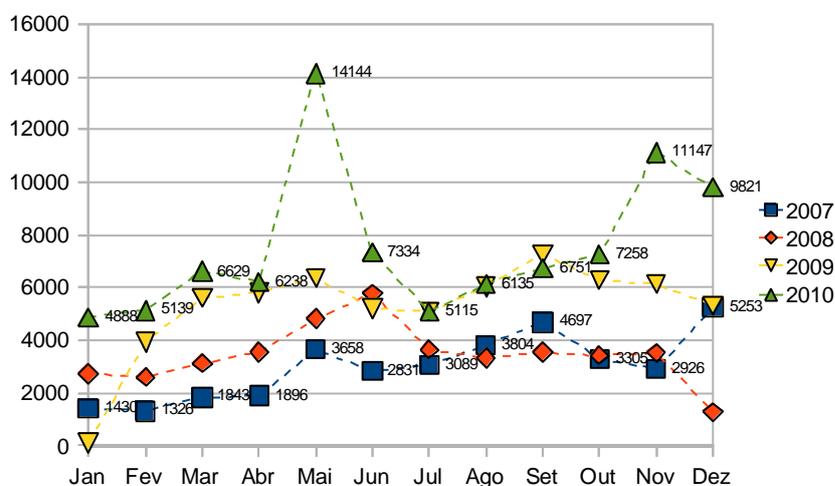
Gráfico 01 - Distribuição de subscritores por região do território brasileiro



Observou-se em 2010 um aumento do número de visitantes únicos à página eletrônica da revista, confirmando-se a tendência anterior de flutuação para cima nos meses que coincidem com a publicação das novas edições. O Gráfico 03 mostra que no último

quadriênio de 2010, a página da revista conquistou um público cativo também na internet. Ao longo dos anos, verifica-se o aumento de 3 mil visitantes únicos mensais, para 4 mil em 2008, 5800 em 2009 e, em 2010, uma média de 8 mil visitantes por mês. A arquitetura da página WEB institucional da AS-PTA está sendo reformulada de forma a integrar o banco de dados da revista como espaço privilegiado.

Gráfico 02 - Número de visitas ao site da revista Agriculturas no período de 2007-2010



Diante do iminente risco de descontinuidade do projeto editorial a partir de 2011, com a resposta negativa da cooperação holandesa (DGIS) à proposta de refinanciamento do projeto da *Agricultures Network* (que integra e financia o projeto da revista *Agriculturas*) para o período de 2011 a 2015 e, a AS-PTA realizou um conjunto de contatos com órgãos do governo federal brasileiro para explorar as possibilidades de parceria em torno ao projeto editorial. Apesar dos primeiros contatos positivos, a conjuntura de 2010 mostrou-se particularmente negativa para negociações dessa natureza já que atravessávamos o último ano de governo, o que inviabilizava quaisquer acordos e compromissos que ultrapassassem dezembro de 2010. Essas negociações serão retomadas em 2011.

Livro Agroecologia: bases científicas da agricultura sustentável

O livro *Agroecologia: bases científicas da agricultura sustentável*, de autoria de Miguel Altieri, foi publicado pela AS-PTA em duas oportunidades (1989 e 2002), sendo hoje referência bibliográfica obrigatória para o ensino e a pesquisa em Agroecologia. Com o crescimento exponencial dos cursos oficiais de Agroecologia no Brasil (que atualmente já ultrapassa a cifra de 120 iniciativas), há uma demanda reprimida pela publicação, cuja última edição já se encontra esgotada há alguns anos. Para responder a essa demanda, a AS-PTA tomou a iniciativa de propor ao autor a composição de uma terceira edição atualizada e entrou em negociação com a editora Expressão Popular para o estabelecimento de parceria de co-edição.

Os novos textos que comporão a edição foram traduzidos em 2010 e o lançamento da publicação está previsto para dezembro de 2011, por ocasião do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia.

Comunicação institucional

Com o objetivo de aprimorar seus mecanismos de comunicação pública, a AS-PTA centrou esforços no desenvolvimento e aperfeiçoamento de novos instrumentos de informação, em particular a elaboração de página institucional mais dinâmica, funcionando como portal de notícias da instituição e como banco dados com a documentação produzida pela entidade em várias mídias (textos, documentários, programas de rádio, fotos, cartilhas e livros e revistas). Ao final de 2010 o projeto de página estava elaborado e em desenvolvimento e sua entrada no ar prevista para o primeiro trimestre de 2011.

Para ampliar o alcance das informações veiculadas na página, algumas estratégias foram implementadas:

- Criação de mini-blog institucional no endereço Twitter <www.twitter.com/aspta>
- Circulação de matérias em redes de discussão temáticas
- Alimentação das matérias em sites e blogs parceiros
- Interação entre a produção de matérias institucionais e a produção do boletim da Campanha por Um Brasil Agroecológico Livre de Transgênicos e Agrotóxicos

Estratégias de comunicação específicas à Campanha por Um Brasil Agroecológico Livre de Transgênicos e Agrotóxicos estão descritas neste relatório na seção dedicada às atividades da campanha.

VII. Aproximação aos objetivos do Plano Trienal 2008-10

O Plano Trienal da ASPTA 2008-10 estabeleceu os seguintes objetivos institucionais para o período:

- Intensificar a transição agroecológica nas propriedades e comunidades integradas ao processo de aumento da escala das redes de agricultores experimentadores a partir dos programas locais;
- Apoiar as organizações da Agricultura Familiar no nível local para que assumam crescentemente papel protagônico na promoção da agroecologia e na gestão de programas de desenvolvimento rural sustentável em seus territórios;
- Apoiar a consolidação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) nos planos político e organizativo.
- Implementar uma estratégia de mobilização de recursos financeiros de fontes diversificadas de modo a reverter a situação de risco institucional a que a entidade está confrontada.

No conjunto das ações desenvolvidas no âmbito dos programas locais da ASPTA no período, 2.700 famílias de agricultores familiares e moradores das periferias urbanas integraram-se a diferentes dinâmicas de inovação agroecológica e incorporaram conhecimentos e práticas de manejo de uma agricultura sustentável. Essas famílias totalizam um número aproximado de 11 mil pessoas, com uma composição entre 40 e 50% de mulheres.

Atividades de formação “agricultor a agricultor” e ações de fomento comunitário confirmaram-se como pontos fortes das ferramentas metodológicas voltadas para a intensificação da transição agroecológica nas propriedades e comunidades. Por outro lado, no caso do agreste paraibano, a constituição de capacidades próprias nos sindicatos e associações no nível comunitário permitiu maior descentralização das iniciativas de estímulo às redes locais de inovação e a ampliação do número de famílias envolvidas nos processos. No caso da região do Contestado, no sul do país, a formação de um núcleo orgânico das organizações da Agricultura Familiar no nível regional conferiu também maior escala às atividades e agregou novas oportunidades de interação e de aprendizado mútuo entre os grupos locais anteriormente dispersos.

Ressalte-se nesse período a intensa incorporação das mulheres agricultoras às atividades de experimentação técnica e de geração de renda, inclusive com a abertura de espaços específicos de atuação. A intensificação produtiva dos “arredores de casa” na Paraíba e o manejo florestal para aproveitamento econômico de frutas nativas, no Contestado, constituíram os principais focos de ativação da participação das agricultoras. Da mesma forma, o período foi marcado por avanços significativos na incorporação de jovens rurais a dinâmicas de formação e de experimentação agroecológica. A parceria com escolas família agrícola no Contestado permitiu incorporar a tais dinâmicas um número expressivo de jovens filhos de agricultores, ao mesmo tempo em que possibilitou o envolvimento da ASPTA na formulação e na implementação dos currículos das escolas. Tanto no agreste da Paraíba como na região do Contestado foram apoiadas iniciativas de debate sobre a problemática da inserção econômica e sociocultural da juventude no mundo rural e estimulados esforços de organização autônoma desse segmento e sua emergência como ator político coletivo.

A intensificação produtiva associada à transição agroecológica das propriedades resultou, especificamente no caso da Paraíba, no fortalecimento e diversificação das oportunidades de acesso da agricultura familiar aos mercados locais, através da rede de feiras agroecológicas municipais e regionais e do aumento da contratação de vendas de produtos alimentares através do programa governamental de compras diretas à agricultura familiar. Dando apenas os primeiros passos para se refazer de um período relativamente longo de dispersão organizativa, as organizações do Contestado são ainda pouco numerosas na tomada de iniciativas mais estruturadas de acesso aos mercados. Dando conta das potencialidades existentes, o Coletivo Triunfo iniciou negociações com o programa de compras PAA, visando à venda de volume expressivo de sementes crioulas de diferentes espécies para distribuição no quadro do programa governamental de combate à pobreza extrema.

Como articulação de expressão nacional, ancorada na capacidade de iniciativa e de mobilização das entidades e movimentos sociais associados, a ANA vem sofrendo os impactos limitantes que a atual conjuntura sociopolítica brasileira impõe ao conjunto das

organizações da sociedade e ao campo agroecológico, em particular. Nesse contexto, a ASPTA tem atuado no sentido de preservar e fortalecer as principais malhas da rede em plano nacional, através de dois instrumentos: de um lado, a constituição de consórcios temáticos cujas atividades se vinculam também a estratégias de financiamento das organizações participantes, como é o caso, por exemplo, do consórcio PDA Redes criado em torno da execução de um projeto voltado para a sistematização de experiências de acesso ao financiamento público de famílias agricultoras em distintos níveis de transição agroecológica; de outro lado, a manutenção de um sistema de informação que permita “azeitar” permanentemente os elos da articulação nacional, identificando oportunidades de intercâmbio e criando um “espírito de corpo” no conjunto da rede. Ao mesmo tempo, a ASPTA participa ativamente na associação da ANA a outras redes de expressão nacional interessadas na problemática do desenvolvimento rural, tendo em vista o fortalecimento mútuo e a criação de novas oportunidades e capacidades de influência sobre a orientação das políticas públicas e de interlocução com setores mais amplos da sociedade. É nesse contexto, que se realizará, em setembro de 2011, o Encontro Nacional de Diálogo e Convergências.

Finalmente, no plano das estratégias de financiamento, a ASPTA marcou presença ativa no debate relacionado ao acesso das organizações da sociedade civil aos recursos públicos para o desenvolvimento rural. Ao mesmo tempo, tomou múltiplas iniciativas, visando à diversificação das fontes de financiamento, orientando esforços, sobretudo, na direção das instituições públicas, das empresas estatais e da União Européia. Em 2009-10, a entidade teve projetos aprovados pela Comissão da UE e pela Petrobrás, contemplando atividades dos programas Paraíba e de Agricultura Urbana. Permanece, no entanto, para a ASPTA a necessidade de enfrentar no plano das estratégias de gestão o grande desafio de manter a integridade institucional num contexto marcado pela tendência à fragmentação, decorrente da lógica de financiamento dominante “por projeto”.

Registros fotográficos

Programa de Desenvolvimento Local da Paraíba



Agricultores e agricultoras preparam biofertilizantes



Pedreiros são capacitados para a construção de barragens subterrâneas



Agricultoras celebram do Dia Internacional da Mulher



Visita de intercâmbio sobre organização e manejo de viveiros comunitários



Fogões ecológicos: economia de lenha e trabalho menos penoso para as mulheres

Programa de Desenvolvimento Local da Região do Contestado (Centro-Sul do Paraná e Planalto Norte Catarinense)



Visita de intercâmbio sobre manejo ecológico de propriedades familiares.



Visita de intercâmbio sobre recomposição de áreas de preservação permanente em propriedades familiares.



Curso sobre seleção massal de sementes.



Momento de avaliação de um dia de campo sobre produção de sementes de batata, em parceria com a Embrapa.



O resgate e multiplicação de sementes crioulas de amendoim visando diversificação dos cultivos e da renda.



9º Feira Regional de Palmeira



Visita de intercâmbio a propriedade - Triunfo



Estudantes da Casa Familiar - Cruz Machado



Feira Municipal de São João do Triunfo

Projeto de Agricultura Urbana no município do Rio de Janeiro



Aprendizado sobre agrofloresta 1º turma projeto Campo e Campus. Parceria com a UFRRJ.



Quintais produtivos, saúde e alimentação estiveram na pauta do encontro da Rede Fitovida.



Jovens aprendendo técnicas agroecológicas: 1º turma do projeto Campo e Campus.



Mulheres fazem visita de intercâmbio em quintal doméstico.



Oficina sobre preparo doméstico do composto orgânico para fertilização dos cultivos nos quintais.